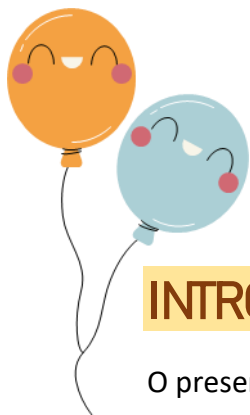


RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA COORDENADORIA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE 2025





INTRODUÇÃO

O presente Relatório de Ações tem por finalidade apresentar, de forma sistematizada e transparente, as principais iniciativas, projetos e atividades desenvolvidas pela Coordenadoria da Infância e da Juventude (COINJ) do Tribunal de Justiça do Estado do Acre ao longo do período analisado. O documento reflete o esforço institucional empreendido para o fortalecimento da política judiciária voltada à infância e à juventude, em consonância com os princípios da proteção integral, da prioridade absoluta e do melhor interesse da criança e do adolescente.

As ações aqui registradas evidenciam uma atuação que ultrapassa a dimensão estritamente jurisdicional, alcançando campos estratégicos como a articulação interinstitucional, a qualificação das equipes técnicas, o acompanhamento de políticas públicas, a execução de projetos sociais e socioeducativos, bem como o monitoramento de serviços de acolhimento, adoção e medidas socioeducativas. Nesse contexto, a COINJ consolidou-se como instância de apoio técnico, normativo e articulador no âmbito do Poder Judiciário acreano.

O relatório também contempla iniciativas voltadas ao fortalecimento da estrutura operacional das equipes que atuam diretamente na proteção de crianças e adolescentes, incluindo a execução de recursos oriundos de emenda parlamentar, destinados à capacitação, aquisição de equipamentos e melhoria das condições de trabalho dos agentes de proteção da infância e da juventude. Tais ações demonstram o compromisso institucional com a qualificação permanente e com a efetividade das respostas oferecidas pelo sistema de justiça.

Destacam-se, ainda, os projetos desenvolvidos nas áreas socioeducativa, preventiva e de promoção de direitos, bem como as campanhas de conscientização, ações comunitárias e atividades educativas, que reafirmam o papel do Judiciário como agente indutor de políticas públicas e de transformação social. A participação da COINJ em fóruns, encontros nacionais e espaços de diálogo interinstitucional também contribuiu



para o intercâmbio de boas práticas e o alinhamento às diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça.

Assim, este Relatório de Ações não se limita a um registro formal das atividades realizadas, mas se apresenta como instrumento de gestão, prestação de contas e memória institucional, permitindo a avaliação dos avanços alcançados, dos desafios enfrentados e das perspectivas de aprimoramento contínuo das políticas judiciárias voltadas à infância e à juventude no Estado do Acre.



COMPOSIÇÃO

Coordenadoria da Infância e Juventude (Gestão – 2025/2027)

Coordenadora:

Desembargadora **Regina Ferrari**

Vice-Coordenadora:

Desembargadora **Waldirene Cordeiro**

Juízes Colaboradores:

Juíza de Direito **Carolina Alvares Bragança**

Juíza de Direito **Joelma Ribeiro Nogueira**

Juíza de Direito **Isabelle Sacramento Torturela**

Juiz de Direito **José Leite de Paula Neto**

Juiz de Direito **Jorge Luiz Lima da Silva Filho**

Juiz de Direito **Bruno Perrotta de Menezes**

Juiz de Direito **Luís Fernando Rosa**

Juíza de Direito **Caroline Lagos de Castro**

Apoio Administrativo:

Jhenyffer da Silva Andrade – Secretária

Equipe multiprofissional:

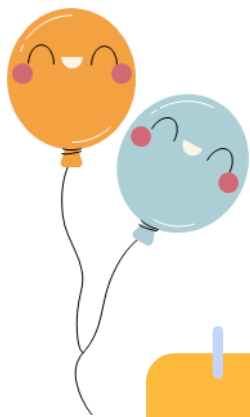
Kariny Costa Gonçalves – Psicóloga

Rutilena Roque Tavares – Psicóloga

Alcinelia Moreira de Sousa – Assistente Social

Maralice Pereira – Assistente Social

Alessandra Gonçalves Pinheiro – Pedagoga



RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA COORDENADORIA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE

2025

REUNIÃO

REUNIÃO DE ALINHAMENTO COM O EDUCANDÁRIO SANTA MARGARIDA
13 de janeiro de 2025

A Coordenadoria da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça do Acre, sob a titularidade da desembargadora Waldirene Cordeiro, realizou no dia 10 de janeiro de 2025 uma reunião técnica de alinhamento com a gestão do Educandário Santa Margarida, em Rio Branco, com foco nos convênios firmados entre o TJAC e a entidade filantrópica. A atividade contou com a participação da fiscal de convênios do Tribunal, Jhenyfer Andrade, da coordenadora da unidade, Dene Dantas, e de demais colaboradores envolvidos na execução das ações de apoio ao acolhimento institucional.

Durante o encontro, foram esclarecidas dúvidas administrativas e apresentados informes atualizados sobre o andamento das entregas e materiais essenciais destinados ao desenvolvimento das atividades voltadas às crianças acolhidas. Também foi reforçado que o Tribunal de Justiça, sob a Presidência da desembargadora Regina Ferrari, já assumiu a responsabilidade pelo abastecimento de toda a frota de veículos do Educandário Santa Margarida e, em breve, deverá assumir igualmente o fornecimento de proteína animal às crianças abrigadas, ampliando o apoio prestado à instituição.



A reunião teve ainda o propósito de renovar e fortalecer a parceria estabelecida entre o TJAC e o Educandário, demonstrando o compromisso da Administração do Tribunal e da COINJ com as políticas de proteção à infância e juventude no Estado do Acre, bem como a proximidade institucional com as demandas apresentadas pela comunidade e pela rede de acolhimento.



VISITA

TJAC INSPECIONA 100% DAS UNIDADES SOCIOEDUCATIVAS DO ACRE 17 de janeiro de 2025

O Tribunal de Justiça do Acre, por meio da Coordenadoria da Infância e Juventude e do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e Socioeducativo, realizou inspeções em 100% das unidades socioeducativas do estado ao longo de 2024, com o objetivo de assegurar o cumprimento dos direitos dos adolescentes e a conformidade das condições estruturais e operacionais das unidades com a legislação vigente e com os parâmetros de direitos humanos. Os dados mais recentes, apresentados no Painel de Inspeções no Socioeducativo recém lançado pelo Conselho Nacional de Justiça, reuniram informações referentes às inspeções judiciais realizadas entre setembro e outubro de 2024 e disponibilizaram, de forma inédita, indicadores nacionais sobre o sistema socioeducativo. O painel aponta que, nas oito unidades inspecionadas no Acre, havia 114 adolescentes internados para uma capacidade total de 357 vagas, o que representa uma taxa de ocupação de 31,93%.

Segundo as informações apresentadas, 95,6% dos adolescentes internados são do gênero masculino, sendo a maior parte composta por jovens de 17 anos, que representam 35% do total. Em relação à raça ou cor, 70,3% se declaram pardos, 11,9% pretos e 5,1% indígenas. A ferramenta permite ainda consultar dados sobre óbitos, tentativas de suicídio, processos relacionados a tortura, além de informações referentes



a adolescentes gestantes, lactantes, população LGBTQIAPN+, pessoas com deficiência e com transtornos mentais. Também estão incluídos dados sobre o quadro de pessoal das unidades e o acompanhamento detalhado das inspeções realizadas.

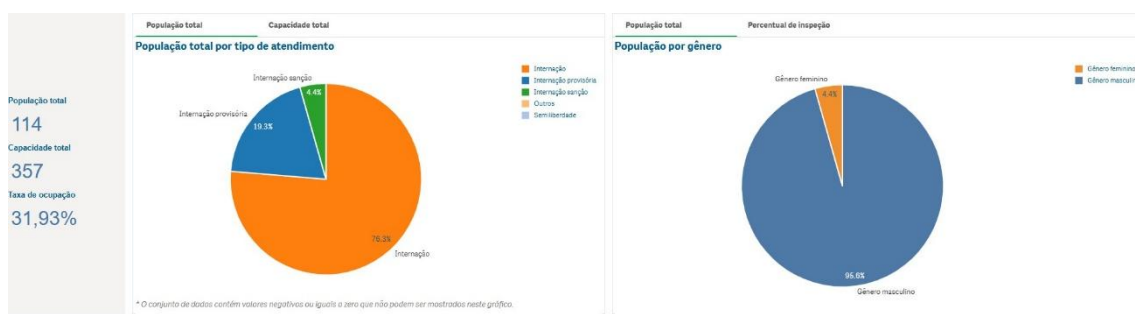
O estado do Acre conta com unidades socioeducativas distribuídas nos municípios de Rio Branco, onde existem quatro unidades, e nas cidades de Feijó, Juruá, Purus e Alto Acre, que possuem uma unidade cada. O supervisor do GMF/TJAC, desembargador Francisco Djalma, destacou que a inspeção judicial é um instrumento essencial para assegurar que o sistema socioeducativo opere de forma justa, eficiente e alinhada aos direitos dos adolescentes.

O material divulgado também apresentou registro fotográfico produzido no prédio da sede administrativa do Tribunal de Justiça do Acre durante a realização de mais uma edição do projeto Abraçando Filhos, iniciativa desenvolvida desde 2016 com o objetivo de garantir o direito à convivência familiar de crianças e adolescentes cujas mães estão privadas de liberdade, além de promover a ressocialização das mulheres. O evento reuniu mães privadas de liberdade, crianças, familiares, servidoras, servidores e representantes de instituições parceiras. Relatos emocionados marcaram o reencontro de mães e filhos que, em alguns casos, estavam há anos sem contato presencial. O projeto mobiliza a Presidência do Tribunal, a Coordenadoria da Infância e Juventude, o GMF, a Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar e o Instituto de Administração Penitenciária, além de contar com a colaboração do Serviço de Acolhimento Familiar da Prefeitura de Rio Branco, da Secretaria da Mulher, da Prefeitura de Sena Madureira e de outras entidades. Durante a atividade, a presidente do Tribunal de Justiça, desembargadora Regina Ferrari, reforçou a importância do fortalecimento dos vínculos familiares e ressaltou que momentos como esses contribuem para a dignidade e a esperança das mulheres privadas de liberdade e de seus filhos.

A coordenadora da COINJ, desembargadora Waldirene Cordeiro, destacou que o lançamento do Painel de Inspeções no Socioeducativo representa um avanço significativo para a formulação de políticas públicas mais eficazes, uma vez que o acesso



a dados atualizados permite aprimorar a implementação de ações voltadas às necessidades dos jovens. Por fim, foi ressaltado que a redução da taxa de ocupação das unidades socioeducativas é resultado de diversas ações executadas em parceria entre o Instituto Socioeducativo do Acre, o Ministério Público do Estado, a Secretaria de Justiça e Segurança Pública e o Tribunal de Justiça. Dados do ISE indicam que, nos últimos quatro anos, houve uma redução expressiva no número de adolescentes em cumprimento de medidas, passando de mais de 700 internos em 2019, cenário de superlotação, para 148 no início de 2024. Esse resultado decorre dos baixos índices de reincidência, impulsionados por projetos voltados ao desenvolvimento educacional, profissional e cultural dos adolescentes.



DOAÇÃO

DESEMBARGADORA ENTREGA BRINQUEDOS PARA ESPAÇO DE ACOLHIMENTO DAS VARAS DE PROTEÇÃO À MULHER
23 de janeiro de 2025

As Varas de Proteção à Mulher da Comarca de Rio Branco desenvolveram um espaço de acolhimento para crianças que comparecem ao Fórum Criminal acompanhando as mães



durante audiências e atendimentos. O espaço, instalado no andar onde se concentram as Varas de Proteção à Mulher, foi planejado para proporcionar um ambiente de lazer enquanto as mães, em sua maioria vítimas de violência doméstica, participam dos procedimentos judiciais. Entre os itens disponibilizados estavam mesas, cadeiras, escorregador, livros, cavalinhos, bolinhas, tapete didático, painel de parede moderno, bonecas, carros e outros brinquedos.

Para fortalecer a iniciativa, na manhã do dia 23 de janeiro a desembargadora Waldirene Cordeiro, coordenadora da Infância e Juventude, da Coordenadoria Estadual da Mulher Vítima de Violência Doméstica e Familiar e do Núcleo Socioambiental do Tribunal de Justiça do Acre, realizou a entrega de novos brinquedos destinados ao espaço. A ação contou com a presença das juízas de Direito Olívia Ribeiro e Louise Santana, além de servidores das unidades. Os brinquedos foram adquiridos com recursos provenientes do Bazar “Chique é ser Solidário”, realizado em 12 de dezembro.

Durante o ato de entrega, a desembargadora Waldirene Cordeiro ressaltou a importância de oferecer às crianças um ambiente seguro, confortável e acolhedor, permitindo que as mães fossem atendidas sem preocupação adicional com a permanência dos filhos. Destacou que muitas vítimas não dispõem de rede de apoio para cuidar das crianças durante os trâmites judiciais, o que reforça a relevância social do espaço.

A presidente do Tribunal de Justiça, desembargadora Regina Ferrari, também registrou que a iniciativa se somou às diversas ações da gestão voltadas à humanização do atendimento às vítimas de violência doméstica. Enfatizou que garantir ambientes menos traumáticos e mais acolhedores para mulheres e seus filhos era uma prioridade institucional, agradecendo às equipes envolvidas na implementação do espaço.

Magistradas, magistrados, servidoras e servidores contribuíram com doações de brinquedos por meio de campanha interna promovida pelas Varas. A juíza de Direito da 1ª Vara de Proteção à Mulher, Olívia Ribeiro, informou que a entrega oficial do espaço foi programada para o dia 31 de janeiro, com continuidade das doações até a data. A



magistrada registrou que o ambiente estava sendo estruturado de forma harmoniosa e aconchegante, agradecendo o apoio da Presidência e da Coordenadoria da Infância e Juventude pelo gesto de humanização.

A juíza da 2ª Vara de Proteção à Mulher, Louise Santana, afirmou que o espaço foi planejado para proporcionar atendimento mais digno e menos traumático, criando condições para que as crianças se sentissem seguras enquanto as mães passavam pelos atos processuais. Destacou que o compromisso das Varas vai além da atuação jurisdicional, buscando garantir acolhimento e proteção às vítimas e seus filhos.



DOAÇÃO

TJAC ENTREGA DOAÇÕES DE COMPUTADORES E BRINQUEDOS NA CASA MÃE DA MATA 28 de janeiro de 2025

O Tribunal de Justiça do Acre realizou, na manhã do dia 28 de janeiro, a entrega de cinco computadores à Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos, destinados ao uso administrativo da Casa de Acolhimento Mãe da Mata. Os equipamentos foram provenientes do edital de bens inservíveis, por meio do qual foram repassadas máquinas substituídas do parque computacional da instituição. Além dos computadores, o apoio institucional foi ampliado com a plotagem de um dos ambientes da unidade, tornando o espaço de recreação mais lúdico e acolhedor.

A ação também incluiu a entrega de brinquedos realizada pela Coordenadoria da Infância e Juventude e pela Coordenadoria das Mulheres em Situação de Violência, destinada às crianças que se encontravam em acolhimento. Na data da visita, a Casa



Mãe da Mata atendia seis mulheres vítimas de violência doméstica e oito crianças que necessitavam de proteção.

Durante a atividade, a presidente do Tribunal de Justiça, desembargadora Regina Ferrari, falou às acolhidas sobre esperança e fortalecimento, reconhecendo as dificuldades vivenciadas pelas mulheres afastadas de seus lares, mas ressaltando que a prioridade era preservar vidas e assegurar o cuidado com as crianças. A desembargadora Waldirene Cordeiro, coordenadora da Infância e Juventude, também se dirigiu ao grupo, destacando que o espaço funcionava como acolhimento temporário para que as mulheres pudessem se reorganizar, reforçando a ideia de que as mudanças desejadas começam a partir de cada uma.

A representante da Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos, Amanda Vasconcelos, juntamente com a coordenadora da Casa de Acolhimento, Maria da Conceição Monteiro, e a equipe técnica, agradeceu as doações recebidas. Ressaltou que os computadores contribuiriam para agilizar o serviço prestado e enfatizou que o acolhimento oferecido pela Casa Mãe da Mata era realizado sem preconceitos ou julgamentos, buscando garantir dignidade às mulheres que precisam de apoio. Destacou, ainda, que a unidade procura oferecer um ambiente com aspecto de lar e atua com dedicação integral, afirmando que o momento da entrega simbolizava a união e o compromisso da rede de proteção com cada mulher acolhida.





AÇÃO DE PROJETO

PRESIDENTE DO TJAC APRESENTA PROJETO COLO DE AMOR AOS NOVOS JUÍZES DE DIREITO SUBSTITUTOS

30 de janeiro de 2025

O Tribunal de Justiça do Acre realizou, no dia 29 de janeiro, uma ação do Projeto Colo de Amor no Educandário Santa Margarida, ocasião em que a presidente do TJAC, desembargadora Regina Ferrari, apresentou a iniciativa aos novos juízes e juízas de Direito substitutos. O projeto, que tem como propósito oferecer alento, conforto e o acolhimento simbólico de um colo às crianças em situação de vulnerabilidade, foi demonstrado aos magistrados por meio de interação direta com as crianças acolhidas na unidade.

Durante a visita, a presidente explicou aos novos magistrados as condições em que as crianças acolhidas se encontravam, destacando a importância dos processos de adoção e da necessidade de afeto, atenção e cuidado para o desenvolvimento saudável dos pequenos. As crianças retribuíram o carinho recebido com sorrisos, criando um ambiente de afeto e alegria que reforçou o propósito do projeto.

A desembargadora Regina Ferrari também enfatizou o papel fundamental do amor e do cuidado na primeira infância, ressaltando que ações como o Colo de Amor contribuem para minimizar traumas e danos que podem refletir na juventude e vida adulta. A juíza substituta Mirella Ribeiro, que esteve no Educandário pela primeira vez, relatou a felicidade de vivenciar a experiência e observar o cuidado dedicado às crianças, afirmando que o projeto reforçava a importância da solidariedade e do compromisso



social com as gerações mais vulneráveis. Destacou, ainda, que era visível o amor com que os colaboradores cuidavam das crianças, expressando satisfação em participar da atividade.



REUNIÃO

PRESIDENTE DO TJAC RECEBE JUÍZES SUBSTITUTOS E ORIENTA SOBRE INFÂNCIA PRIMÁRIA 6 de fevereiro de 2025

A presidente do Tribunal de Justiça do Acre, desembargadora Regina Ferrari, recebeu no dia 5 de fevereiro os juízes de Direito substitutos que foram empossados em janeiro e que participavam do curso de formação inicial. Durante a visita, a magistrada realizou a entrega do Guia de Acolhimento Familiar, material destinado a orientar sobre o funcionamento da política de acolhimento e os critérios para sua adoção como alternativa à institucionalização de crianças. Na ocasião, os novos magistrados também receberam blusas do Projeto Colo de Amor, iniciativa da Coordenadoria da Infância e Juventude concebida para oferecer alento, conforto e acolhimento às crianças em situação de vulnerabilidade, promovendo assistência humanizada e apoio a menores que necessitam de cuidados especiais.

A presidente registrou que, no dia 30 de janeiro, conduziu os magistrados a uma edição do projeto no Educandário Santa Margarida, proporcionando-lhes contato direto com a dinâmica da ação e com as crianças acolhidas. Durante o encontro, enfatizou a importância da atuação do Judiciário na proteção da infância primária, destacando que esse deveria ser um dos focos prioritários da nova geração de juízes. Ressaltou, ainda, que a construção de ambientes seguros e acolhedores para crianças em situação de risco



social constitui desafio que demanda sensibilidade, dedicação e engajamento do sistema de Justiça.

A visita serviu igualmente para reafirmar o compromisso institucional do TJAC com políticas públicas voltadas à infância e juventude, bem como para reforçar os valores que orientam a atuação da magistratura acreana. Os juízes substitutos agradeceram a recepção e reconheceram a relevância do tema para suas futuras práticas profissionais, compreendendo que a proteção dos mais vulneráveis deve nortear sua atuação nas comarcas onde exercerão suas funções.

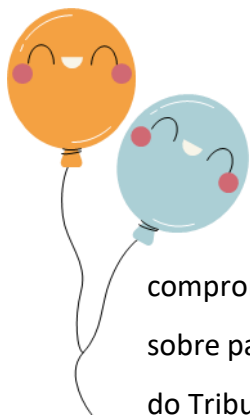


DOAÇÃO

COORDENADORIA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE RECEBE DOAÇÃO DA ASMAC DE BRINQUEDOS E ITENS DE HIGIENE 6 de fevereiro de 2025

O Tribunal de Justiça do Acre recebeu, no dia 6 de fevereiro, a doação de brinquedos e itens de higiene realizada pela Associação dos Magistrados do Acre, destinada às ações e campanhas sociais desenvolvidas pela Coordenadoria da Infância e Juventude. A iniciativa teve como objetivo apoiar os projetos coordenados pela desembargadora Waldirene Cordeiro voltados ao atendimento de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade. A cerimônia simbólica de entrega ocorreu no átrio da sede do TJAC e marcou o repasse de mais de 700 brinquedos, além de centenas de itens de higiene pessoal e limpeza.

Durante o ato, a presidente do Tribunal de Justiça, desembargadora Regina Ferrari, agradeceu a solidariedade da Asmac e destacou o papel da entidade no fortalecimento institucional. Registrou que a atuação em defesa dos direitos das magistradas e magistrados contribui diretamente para um Judiciário forte, essencial para a garantia da democracia e dos direitos dos cidadãos. A presidente enfatizou a importância do



comprometimento social da magistratura acreana, afirmando que a vida é também sobre partilhar e colaborar, e expressou gratidão pela doação destinada às ações sociais do Tribunal.

O presidente da Asmac, juiz Gilberto Matos, informou que os materiais doados foram adquiridos com recursos próprios provenientes da arrecadação dos associados. Ressaltou que os brinquedos e itens de higiene seriam úteis para as atividades sociais realizadas pelo Tribunal ao longo de todo o ano, e não apenas em datas comemorativas. Destacou ainda que a responsabilidade social está entre as atribuições da entidade, reconhecida por lei como de utilidade pública, e que a Asmac apoia com alegria iniciativas que contribuam para o bem-estar da população.

A entrega contou com a presença da desembargadora Waldirene Cordeiro, do juiz auxiliar da Presidência, Giordane Dourado, e das juízas substitutas Deise Minuscoli e Gabriela Elleres, que acompanharam a agenda e reforçaram o compromisso institucional com a promoção de ações voltadas à infância e juventude.



AÇÃO DE PROJETO

TJAC PROMOVE ENTREGA DE PÃES PARA FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE NO BAIRRO ELDORADO, EM RIO BRANCO

6 de fevereiro de 2025

O Tribunal de Justiça do Acre, por meio da Coordenadoria da Infância e Juventude, promoveu no dia 4 de fevereiro uma ação social destinada à entrega de pães a famílias moradoras do bairro Eldorado, em Rio Branco. Idealizada pela presidente do TJAC, desembargadora Regina Ferrari, a atividade representou um gesto de empatia e responsabilidade social da Corte acreana, beneficiando famílias marcadas pela insegurança alimentar. A execução da ação contou com a parceria da Presidência do



Tribunal, da Coordenadoria Estadual das Mulheres em Situação de Violência e da Assessoria Militar do TJAC.

Ao todo, 70 famílias em situação de vulnerabilidade foram atendidas, recebendo mais de 400 pães. A organização da atividade ficou sob coordenação da assessora Jhenyffer Andrade, com o apoio dos agentes da Assessoria Militar. Embora simbolicamente simples, a entrega teve grande relevância social, considerando que muitas das famílias contempladas possuíam crianças e adolescentes em condição de insegurança alimentar. Cada família recebeu uma sacola contendo seis pães, totalizando 420 unidades entregues no âmbito da iniciativa.

A atividade integrou o projeto Fortalecendo Vidas e marcou uma das últimas ações realizadas pela gestão do TJAC no biênio 2023–2025, reforçando o compromisso institucional com a promoção de dignidade mínima a famílias em situação de fragilidade social. A presidente Regina Ferrari destacou que a ação se inseria na responsabilidade social do Poder Judiciário, especialmente em regiões caracterizadas por altos índices de vulnerabilidade.

O bairro Eldorado, localizado na parte alta de Rio Branco, faz divisa com as localidades Waldemar Maciel, Jardim Primavera, Jardim América e Vila Maria, todas integrantes da Regional VII (São Francisco). A região apresenta número expressivo de famílias em situação de vulnerabilidade e enfrenta carências estruturais significativas, incluindo ausência de saneamento básico e serviços regulares de coleta de lixo, o que reforçou a pertinência da intervenção social realizada pelo Tribunal.





TJAC CRIA COMISSÃO ESTADUAL JUDICIÁRIA DE ADOÇÃO INTERNACIONAL

10 de fevereiro de 2025

O Tribunal de Justiça do Acre instituiu, por meio da Emenda Regimental n.º 5, de 22 de janeiro de 2025, a Comissão Estadual Judiciária de Adoção Internacional como integrante do rol de Comissões Permanentes do Tribunal Pleno Administrativo. Com a medida, houve atualização da normativa referente à Comissão Estadual Judiciária de Adoção, aprimorando seu campo de atuação e consolidando o dispositivo que passou a desempenhar papel essencial na garantia da legalidade, da segurança jurídica e do respeito aos direitos de crianças e adolescentes envolvidos em processos de adoção internacional. A iniciativa buscou prevenir fraudes, tráfico de crianças e outras irregularidades associadas a procedimentos dessa natureza.

De acordo com a nova regulamentação, a comissão passou a exercer atribuições específicas, entre elas auxiliar os juízos com competência na área da infância e juventude nos procedimentos de habilitação de postulantes à adoção internacional, bem como processar e julgar os pedidos formulados por pretendentes estrangeiros ou brasileiros residentes ou domiciliados no exterior. Também ficou estabelecida a responsabilidade de indicar aos pretendentes habilitados as crianças e adolescentes cadastrados em condição de serem adotados, quando inexistirem pretendentes nacionais.

A comissão assumiu ainda o dever de manter intercâmbio com comissões de outros estados, fiscalizar e orientar a atuação, no Acre, de organismos internacionais credenciados pela Autoridade Central Administrativa Federal, e acompanhar os procedimentos pós-adotivos no exterior por meio dos relatórios encaminhados pelos países de acolhida. Entre suas competências, também passou a constar a expedição do Acordo de Continuidade do Procedimento de Adoção e do Certificado de Conformidade de Adoção Internacional, além da edição de normas relativas às diretrizes, composição, funcionamento e demais atribuições do colegiado.

A atualização normativa reforçou a necessidade de atuação integrada com organismos nacionais e estrangeiros de adoção internacional, com o objetivo de uniformizar os



procedimentos de habilitação e convocação de pretendentes, garantindo que as adoções internacionais envolvendo crianças e adolescentes com residência habitual no Brasil ocorram de maneira segura, transparente e em conformidade com as legislações nacional e internacional.

CAMPANHA

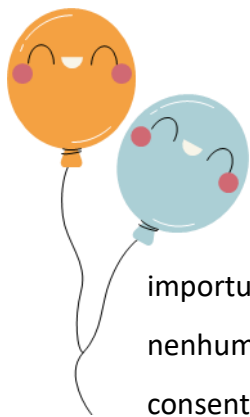
TJAC PROMOVE CAMPANHA DE CONSCIENTIZAÇÃO PARA PROTEÇÃO DE MULHERES E CRIANÇAS

28 de fevereiro de 2025

O Tribunal de Justiça do Acre promoveu, pelo segundo ano consecutivo, a campanha “Bloco do Respeito”, reforçando ações de conscientização durante o período carnavalesco, em alinhamento com a iniciativa nacional conduzida pelo Conselho Nacional de Justiça. Com o slogan “A proteção é o enredo da nossa folia”, a campanha buscou garantir segurança, respeito e proteção aos direitos de todos os foliões, com atenção especial às mulheres, crianças e adolescentes. O objetivo central foi mobilizar a sociedade para a importância de prevenir violações, abusos e situações de risco, reafirmando que é possível celebrar o Carnaval com alegria, sem abrir mão do respeito e da segurança.

A ação foi organizada pela Diretoria de Informação Institucional, com apoio da Gerência de Qualidade de Vida, da Coordenadoria da Infância e Juventude, da Coordenadoria Estadual das Mulheres em Situação de Violência e da Secretaria de Projetos Sociais. A iniciativa resultou na produção de um vídeo em parceria com o Bloco Unidos do Fuxico, difundindo mensagens sobre proteção às crianças, combate à violência de gênero e cuidados com a saúde. Além do vídeo, foram preparados cards educativos para circulação durante todo o período de folia, ampliando o alcance das orientações preventivas.

Durante a campanha, a juíza de Direito Louise Kristina, titular da 2ª Vara de Proteção à Mulher da Comarca de Rio Branco, destacou a importância de conscientizar a população, especialmente mulheres e crianças, sobre a necessidade de preservar sua integridade e espaço durante as festividades. A magistrada lembrou que, desde 2018, a



importunação sexual é considerada crime, com pena de um a cinco anos, e reforçou que nenhuma mulher é obrigada a aceitar abraços, beijos ou qualquer contato não consentido. Ressaltou ainda que a população deveria ser informada sobre o que caracteriza o crime e incentivada a buscar apoio das autoridades competentes ou acionar o Disque 180 em caso de necessidade.

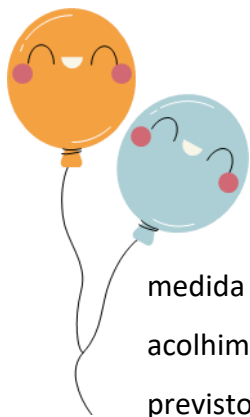


AÇÃO DE PROJETO

SENA MADUREIRA INSTITUIU EM LEI O SERVIÇO DE ACOLHIMENTO FAMILIAR

7 de abril de 2025

O município de Sena Madureira sancionou, no dia 2 de abril, a Lei n.º 886/2025 instituindo o Serviço de Acolhimento Familiar, tornando-se a terceira cidade do estado a oficializar o programa destinado à proteção de crianças e adolescentes que precisam ser afastados temporariamente de suas famílias de origem por determinação judicial. A

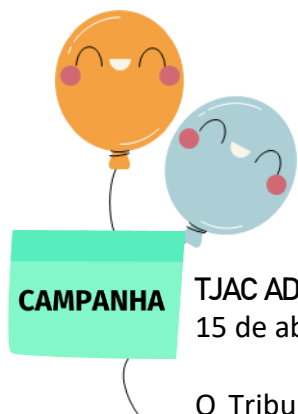


medida reforçou a política de acolhimento familiar como alternativa mais adequada ao acolhimento institucional, assegurando a proteção integral e o respeito aos direitos previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente.

A regulamentação do serviço foi articulada pelo Tribunal de Justiça do Acre, por meio da Coordenadoria da Infância e Juventude, que apresentou à Associação dos Municípios do Acre, em março de 2024, a proposta de interiorização do Programa Família Acolhedora, acompanhada das minutas para elaboração de projetos de lei municipais. O acolhimento familiar é previsto no ECA e constitui modalidade reconhecida e incentivada pelo Conselho Nacional de Justiça. No estado do Acre, o TJAC vem estimulando a implementação da política, inclusive articulando a criação de bolsa auxílio para ampliar a adesão de famílias voluntárias.

Antes de Sena Madureira, os municípios de Rio Branco e Cruzeiro do Sul já haviam sancionado suas respectivas leis e implementado o Serviço de Acolhimento Familiar. Com a aprovação da nova legislação, Sena Madureira também passou a assegurar o pagamento de bolsa auxílio às famílias cadastradas, com o objetivo de apoiar as despesas relacionadas ao cuidado das crianças e adolescentes acolhidos.

O serviço é destinado a crianças e adolescentes de zero a 18 anos e, excepcionalmente, a jovens entre 18 e 21 anos afastados da família de origem por determinação judicial, em razão de ameaça ou violação de direitos. Podem se voluntariar pessoas com mais de 18 anos, residentes em Sena Madureira, que não estejam habilitadas ou em processo de adoção, devendo cumprir os demais requisitos legais, apresentar a documentação exigida e participar das capacitações previstas. A gestão do programa ficou sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Assistência Social, com participação dos órgãos que integram a rede de proteção, entre eles o Poder Judiciário do Acre.



TJAC ADERIU À CAMPANHA “SE RENDA À INFÂNCIA 2025: PELAS CRIANÇAS DO MARAJÓ” 15 de abril de 2025

O Tribunal de Justiça do Acre aderiu à campanha “Se Renda à Infância 2025: Pelas Crianças do Marajó”, promovida pelo Conselho Nacional de Justiça, com o propósito de apoiar iniciativas voltadas à promoção dos direitos de crianças e adolescentes. A ação teve como objetivo incentivar que pessoas físicas e jurídicas destinassem parte do imposto de renda devido aos fundos dos direitos da criança e do adolescente, possibilitando o financiamento de projetos específicos para esse público. O foco principal da edição de 2025 foi direcionar recursos para a região do Marajó, contemplando tanto o estado quanto os municípios que estavam regulares junto à Receita Federal.

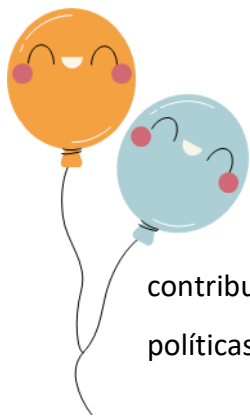
Criada em 2021 pelo CNJ, a campanha vem se fortalecendo ano após ano, ampliando parcerias com instituições que compartilham o compromisso com a proteção e o desenvolvimento da infância brasileira. Em 2024, o movimento teve crescimento significativo graças ao apoio de órgãos e entidades engajadas na promoção de políticas de garantia de direitos.

A destinação dos recursos pôde ser realizada diretamente no sistema da Receita Federal, sem custo adicional ao contribuinte, uma vez que os valores representavam parte do montante do imposto devido, cabendo apenas a escolha sobre sua aplicação. Pessoas físicas



tiveram a possibilidade de destinar até 3% do imposto devido no ato da declaração, enquanto pessoas jurídicas também puderam contribuir conforme a legislação aplicável.

Os recursos arrecadados foram destinados aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente, sejam nacionais, estaduais ou municipais, conforme a escolha do contribuinte. A distribuição ocorreu mediante deliberação dos Conselhos de Direitos, e os valores só puderam ser aplicados em projetos voltados à infância e juventude,



contribuindo para a implementação de ações relevantes e para o fortalecimento das políticas públicas destinadas a esse público.

AÇÃO DE PROJETO

TJAC PROMOVEU AÇÃO ÀS CRIANÇAS DO EDUCANDÁRIO SANTA MARGARIDA 20 de abril de 2025

O Tribunal de Justiça do Acre, por meio da Coordenadoria da Infância e Juventude, realizou no dia 19 de abril mais uma edição do projeto Colo de Amor, em alusão ao Dia da Páscoa, no Educandário Santa Margarida, em Rio Branco. A atividade teve como propósito oferecer atenção, carinho e entretenimento às crianças acolhidas na instituição. A desembargadora Waldirene Cordeiro representou o Judiciário acreano durante a visita, reforçando o compromisso institucional com a proteção e o bem-estar da infância.

A ação contou com a participação de voluntárias e voluntários, que realizaram a entrega de ovos de Páscoa e disponibilizaram brinquedos infláveis, proporcionando um momento de diversão aos pequenos. No total, 32 crianças que vivem atualmente no Educandário foram beneficiadas, recebendo afeto, acolhimento e atividades recreativas especialmente preparadas para a data comemorativa.

A iniciativa, coordenada pela desembargadora Regina Ferrari por meio da COINJ, teve o apoio de magistradas e servidoras, que atuaram diretamente nas ações de acolhimento. Durante a atividade, a desembargadora Waldirene Cordeiro destacou o compromisso do TJAC com a infância e juventude, afirmando que é essencial compartilhar afeto e atenção com aqueles que enfrentam situações de vulnerabilidade, lembrando que o trabalho do Judiciário nessa área vai além das decisões judiciais e envolve também gestos concretos de solidariedade e cuidado.

O projeto Colo de Amor tem como objetivo levar alento, conforto e o acolhimento simbólico de um colo às crianças que vivem em abrigos, especialmente em datas comemorativas, por meio da atuação de voluntários que contribuem para tornar esses momentos mais afetivos, humanizados e significativos para cada criança atendida.



CAMPANHA

PODER JUDICIÁRIO DO ACRE LANÇOU A SEGUNDA EDIÇÃO DA CAMPANHA “NUNCA É TARDE” CONTRA O ABUSO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES
5 de maio de 2025

O Tribunal de Justiça do Acre realizou, no dia 5 de maio, o lançamento da segunda edição da campanha “Nunca é Tarde”, durante cerimônia no Palácio da Justiça. A iniciativa, conduzida pela Coordenadoria da Infância e Juventude com apoio da Diretoria de Informação Institucional, apresentou vídeos, spots para rádio e peças publicitárias com o objetivo de incentivar a denúncia de violência sexual contra crianças e adolescentes. A campanha reforçou a mensagem de que não existe prazo para

buscar ajuda e que toda vítima, independentemente do tempo decorrido, pode e deve ser acolhida. O slogan desta edição foi “Uma criança é apenas uma criança. Seja a voz que protege”.

A mobilização integrou a programação do “Maio Laranja”, mês dedicado ao enfrentamento ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes, articulando





o apoio da rede de proteção e da imprensa local. A ação também incentivou a divulgação dos materiais em redes sociais, ampliando o alcance das mensagens de conscientização.

Durante o evento, o publicitário Wagner Lucena apresentou o processo de criação das peças, destacando os desafios técnicos e emocionais envolvidos na abordagem de um tema tão sensível, que exige coragem, escuta e respeito para romper silêncios e acolher vítimas. Em seguida, o coral “Vozes do Povo” realizou apresentação musical, contribuindo para o momento de sensibilização do público presente.

A vice-presidente do TJAC e coordenadora da COINJ, desembargadora Regina Ferrari, ressaltou que o enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes seria fortalecido com a realização de um mutirão de audiências. Destacou ainda que a campanha representava determinação e esperança diante de uma realidade dolorosa, lembrando que o “Maio Laranja” dava visibilidade a uma forma silenciosa de violência que atinge centenas de crianças e adolescentes no estado. Reforçou que a atuação conjunta das instituições e da sociedade é essencial para proteger as vítimas.

A delegada da Polícia Civil, Juliana de Angelis, apresentou dados referentes ao ano de 2024, quando foram registrados 641 casos de estupro de vulnerável no Acre, alertando que o número representa apenas parte da realidade devido à subnotificação. A vice-presidente da OAB/AC, Thais Silva, ressaltou a importância da prevenção e da colaboração coletiva para eliminar esse tipo de crime. O defensor público Celso Araújo destacou a experiência do projeto Rhuamm e observou que crianças não sabem como buscar ajuda, reforçando a necessidade de proteção ativa por parte dos adultos.

O procurador de Justiça Danilo Lovisaro enfatizou o dever constitucional da sociedade e do Estado de proteger crianças e adolescentes, conclamando todos a assumirem esse papel de forma efetiva. O deputado estadual Eduardo Ribeiro reforçou que não apenas o poder público, mas toda a sociedade, deve atuar no enfrentamento da violência sexual.

O corregedor-geral da Justiça, desembargador Nonato Maia, destacou que muitos casos não chegam ao conhecimento das autoridades e que campanhas educativas são



fundamentais para romper ciclos de violência. O presidente do TJAC, desembargador Laudivon Nogueira, afirmou que a campanha deveria funcionar como catalisador para a superação da violência sexual, destacando que a efetivação dos direitos fundamentais exige vigilância permanente. Ressaltou ainda o valor da participação de todas as instituições envolvidas, afirmando que a sociedade acreana é a maior beneficiada pelo fortalecimento da rede de proteção.

O evento contou com a presença dos desembargadores Samoel Evangelista e Lois Arruda, da presidente da Associação dos Magistrados do Acre, juíza Olívia Ribeiro, da juíza Isabelle Sacramento, do juiz Jorge Luiz, de conselheiros tutelares e de representantes de diferentes veículos de comunicação.



VISITA

DESEMBARGADORA REGINA FERRARI ACOMPANHOU AUDIÊNCIAS CONCENTRADAS DO MAIO LARANJA NAS VARAS DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

6 de maio de 2025

A vice-presidente do Tribunal de Justiça do Acre, desembargadora Regina Ferrari, realizou no dia 6 de maio uma visita às Varas da Infância e Juventude de Rio Branco, durante a realização das audiências concentradas do “Maio Laranja”, dedicadas ao enfrentamento dos casos de abuso sexual contra crianças e adolescentes. A visita teve como finalidade acompanhar de perto o andamento do mutirão de processos e alinhar estratégias para a redução do número de casos pendentes envolvendo vítimas infantojuvenis.

Durante a atividade, a desembargadora dialogou com as juízas e juízes da 1ª e 2ª Vara da Infância e Juventude, buscando informações atualizadas sobre a tramitação processual e enfatizando a necessidade de celeridade no julgamento dos casos. Reforçou ainda que a proteção das crianças e adolescentes é prioridade institucional e



que o trabalho articulado das unidades judiciais é essencial para o fortalecimento da rede de proteção.

A visita ocorreu um dia após o lançamento da segunda edição da campanha “Nunca é Tarde”, promovida pela Coordenadoria da Infância e Juventude com apoio da Diretoria de Informação Institucional. A campanha tem o propósito de intensificar a conscientização e mobilização da sociedade durante o Maio Laranja, reforçando a importância da denúncia e do enfrentamento à violência sexual.

A desembargadora Regina Ferrari, responsável pela Coordenadoria da Infância e Juventude, destacou o compromisso do Judiciário com a causa e ressaltou que o acompanhamento presencial dos trabalhos do mutirão era fundamental para fortalecer as ações desenvolvidas. Durante a visita, reforçou o apelo por união entre todas as instituições que compõem o sistema de Justiça e a rede de proteção, afirmando que promotores de Justiça, juízes, desembargadores, defensores públicos, servidores e a comunidade precisavam atuar conjuntamente em favor do combate ao abuso sexual contra crianças e adolescentes. Concluiu reafirmando que “a justiça começa na infância” e que a proteção das crianças deve permanecer no centro das ações institucionais.



AÇÃO DE PROJETO

PROGRAMA RADIOATIVO PROMOVEU AULA INAUGURAL DA ETAPA PRÁTICA DO CURSO DE MECÂNICA AUTOMOBILÍSTICA

7 de maio de 2025

O Tribunal de Justiça do Acre, por meio do Programa RadioAtivo, promoveu no dia 15 de abril a aula magna da etapa prática do curso de mecânica automobilística, realizada



em parceria com a Federação das Indústrias do Acre. A atividade contou com a participação do presidente e da vice-presidente do TJAC, desembargadores Laudivon Nogueira e Regina Ferrari, que acompanharam a abertura da formação destinada à capacitação profissional de adolescentes em situação de vulnerabilidade, incluindo jovens acolhidos em abrigos e adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas. Atualmente, 46 alunos são beneficiados pelas ações do programa.

Além dos representantes do Tribunal de Justiça, participaram do evento o procurador de Justiça Francisco Maia, o diretor regional do SENAI, João César Dotto, a juíza de Direito Rogéria Epaminondas, titular da Vara de Apoio à Jurisdição, e Reginaldo Pontes, presidente do Sincepav e representante da FIEAC. Durante a abertura, o desembargador Laudivon Nogueira agradeceu às instituições parceiras e destacou que o objetivo central do Programa RadioAtivo é promover cuidado, formação e desenvolvimento da cidadania dos participantes, abrindo oportunidades reais de inserção no mercado de trabalho.



O presidente ressaltou que o conhecimento adquirido pelos jovens seria determinante para o futuro profissional e social de cada um, reforçando que a união de esforços entre Ministério Público, FIEAC, SENAI e demais parceiros permitiu a consolidação de uma iniciativa de grande impacto social. Em sua fala, incentivou os estudantes a aproveitarem a oportunidade, comprometendo-se com a formação profissional oferecida.

A vice-presidente do TJAC e titular da Coordenadoria da Infância e Juventude, desembargadora Regina Ferrari, salientou que a profissionalização ofertada pelo programa representava uma ponte entre o presente dos jovens e o futuro que desejavam construir. Afirmou que o Tribunal não queria que os alunos trilhassem esse caminho sozinhos, reforçando o compromisso institucional de acompanhar, apoiar e incentivar cada etapa do processo formativo. Encorajou os estudantes a não desistirem,



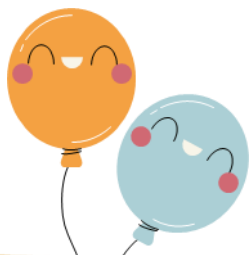
destacando que o desejo da instituição era vê-los não apenas inseridos em oficinas mecânicas, mas ocupando posições de liderança em suas áreas.

O diretor regional do SENAI, João César Dotto, também ressaltou que a formação profissional representava uma oportunidade concreta de transformação. Explicou que a aprendizagem foi escolhida como caminho estratégico por permitir contratos com empresas e que o sucesso do programa se deveu à dedicação dos alunos e ao apoio financeiro disponibilizado por meio de bolsas. Observou ainda que avanços significativos ocorreram após parlamentares reconhecerem a importância do programa e destinarem emendas estaduais para auxiliar no custeio das formações. Reforçou que os alunos não deveriam desistir, pois havia grande mobilização institucional sustentando o projeto.

Entre os participantes beneficiados pelo RadioAtivo, esteve Kalide Kaxinawá, de 20 anos, proveniente de Santa Rosa do Purus, que buscou no programa uma oportunidade de qualificação e novos caminhos profissionais. Declarou sonhar em cursar Engenharia Elétrica em uma Instituição de Ensino Superior. Outro jovem, Pedro Silva, de 21 anos, optou pelo curso de manutenção eletrotécnica, influenciado pela tradição familiar de eletricitas. Afirmou que desejava seguir a profissão do pai e do avô e que pretendia evoluir profissionalmente a partir dos conhecimentos adquiridos.



O Programa RadioAtivo, desenvolvido em parceria com a Federação das Indústrias do Acre, tem por finalidade promover qualificação profissional por meio dos cursos de aprendizagem ofertados pelo SENAI e SENAC, visando incluir jovens usuários do Sistema Socioeducativo, vítimas de trabalho infantil e de trabalho escravo, além de adolescentes em situação de vulnerabilidade social. A iniciativa busca desenvolver competências profissionais capazes de preparar os jovens para inserção qualificada no mercado de trabalho, em continuidade às ações estabelecidas no Acordo de Cooperação Técnica n.º 3120/2018.



REUNIÃO

VICE-PRESIDENTE DO TJAC E VICE-GOVERNADORA DO ACRE TRATARAM DE PAUTAS RELACIONADAS À INFÂNCIA E JUVENTUDE

16 de maio de 2025



A vice-presidente do Tribunal de Justiça do Acre, desembargadora Regina Ferrari, realizou no dia 16 de maio uma visita institucional à vice-governadora do Estado, Mailza Assis, que também exerce a função de secretária de Assistência Social e Direitos Humanos. O encontro teve como finalidade discutir pautas prioritárias relacionadas à infância e juventude, fortalecendo a integração entre as ações desenvolvidas pelo Poder Judiciário e pelo Executivo estadual.

O Judiciário acreano mantém diversas ações sociais em parceria com o Governo do Estado, incluindo o projeto Abraçando Filhos, e a reunião permitiu alinhar ajustes em iniciativas já implementadas, além de possibilitar articulações para novas frentes de cooperação. A desembargadora Regina Ferrari, que coordena a Infância e Juventude no âmbito do TJAC, destacou que o Tribunal tem atuado em múltiplas áreas para garantir a proteção integral de crianças e adolescentes, reforçando que a cooperação com a Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos é fundamental para ampliar o alcance das ações e fortalecer políticas intersetoriais.

Entre os temas debatidos no encontro estiveram os serviços de acolhimento institucional, o trabalho das equipes técnicas que atendem crianças em situação de vulnerabilidade, bem como estratégias para ampliar programas de qualificação e iniciativas voltadas à prevenção da violência. A vice-governadora Mailza Assis reforçou a importância da união entre os Poderes Executivo e Judiciário para a construção de políticas públicas eficazes, destacando que o alinhamento institucional é determinante para assegurar a proteção dos direitos da infância e juventude no Acre.





MAGISTRADOS DO TJAC PARTICIPARAM DO XVIII FÓRUM NACIONAL DA JUSTIÇA PROTETIVA 17 de maio de 2025

Magistrados do Tribunal de Justiça do Acre participaram, no dia 15 de maio, do XVIII Fórum Nacional da Justiça Protetiva, realizado em Belo Horizonte e promovido pela Associação Brasileira dos Magistrados da Infância e da Juventude. O evento teve como principal objetivo fortalecer a rede de juízes e



desembargadores que atuam na área da Infância e Juventude, promovendo interação, debate e troca de experiências com foco na uniformização e no aprimoramento das diretrizes de atuação na competência especializada.

A abertura do encontro foi conduzida pelo presidente do Fonajup, juiz Daniel Konder de Almeida; pela superintendente da COINJ do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, desembargadora Alice de Souza Birchall; pela vice-presidente do Fórum, juíza Conceição Aparecida Canho Sampaio Gabardo; e pelas 1ª e 2ª secretárias do Fonajup, juízas Juliana Nogueira Galvão Martins e Larissa Antunes.

Representando o Tribunal de Justiça do Acre, estiveram presentes a desembargadora Waldirene Cordeiro e os juízes de Direito Isabelle Sacramento, titular da 1ª Vara Criminal da Comarca de Rio Branco; Stéphanie Winck, titular da Vara Cível da Comarca de Tarauacá; e Jorge Luiz, titular da Vara de Apoio à Jurisdição com designação para o Núcleo III. A participação da comitiva acreana reforçou o compromisso institucional do TJAC com o aprimoramento contínuo das práticas protetivas e com a integração nacional das políticas judiciais voltadas à infância e juventude.



AÇÃO DE PROJETO

TJAC PREPAROU A 4ª EDIÇÃO DO PROJETO CAMINHOS LITERÁRIOS NO SOCIOEDUCATIVO 19 de maio de 2025

O Tribunal de Justiça do Acre iniciou, no dia 19 de maio, os preparativos para a 4ª edição do projeto “Caminhos Literários no Socioeducativo: pelo direito à cultura”, iniciativa promovida pelo Conselho Nacional de Justiça com apoio do Programa Fazendo Justiça e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. A edição de 2025 terá como tema “Adolescência em Cena?”, destacando o papel do audiovisual e das expressões culturais juvenis na construção de identidades, pertencimento e cidadania, além de ampliar o acesso à leitura e às práticas culturais dos jovens em cumprimento de medidas socioeducativas.

A organização local do evento ficou a cargo do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e Socioeducativo e da Coordenadoria da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça do Acre, com participação da 1ª Vara da Infância e Juventude de Rio Branco e da equipe técnica do Programa Fazendo Justiça, além de representantes do Instituto Socioeducativo do Acre e da Universidade Federal do Acre. As equipes reuniram-se no dia 16 de maio para alinhar a logística e a programação estadual.

O evento será realizado entre os dias 3 e 9 de julho de 2025, com atividades nacionais e locais. A programação incluirá ações culturais conduzidas pelas unidades socioeducativas do Acre, apresentações de projetos desenvolvidos pelos adolescentes, rodas de conversa e palestras sobre manifestações culturais diversas, como o hip hop e o grafite. A abertura oficial será transmitida ao vivo pelo canal do Conselho Nacional de Justiça no YouTube, com a presença de autoridades e convidados especiais.

Durante a reunião preparatória, também foi discutido o fortalecimento da política de acesso à cultura como dimensão estruturante da socioeducação, valorizando o protagonismo juvenil e promovendo o diálogo entre instituições públicas, profissionais da rede, artistas e adolescentes. O evento busca impulsionar práticas e projetos que afirmem o direito à cultura no contexto da privação de liberdade, por meio de ações formativas, escuta qualificada e mobilização institucional.



Como parte dos preparativos, foi realizado ainda, no dia 14 de maio, um encontro com a equipe técnica da Unidade Socioeducativa Purus, em Sena Madureira, que integrará a programação estadual e contribuirá para a execução das ações culturais previstas.



AÇÃO DE PROJETO

FILHOS DE REEDUCANDAS FESTEJARAM O DIA DAS MÃES EM ENCONTRO ORGANIZADO PELO PROJETO ABRAÇANDO FILHOS DO TJAC

19 de maio de 2025

O Tribunal de Justiça do Acre realizou, no dia 19 de maio, mais uma edição do Projeto Abraçando Filhos, iniciativa da Coordenadoria da Infância e Juventude destinada a possibilitar que reeducandas possam reencontrar seus filhos fora do ambiente carcerário. A atividade ocorreu no átrio do TJAC e celebrou o Dia das Mães, proporcionando momentos de afeto, acolhimento e convivência familiar para mulheres privadas de liberdade que, em sua maioria, não recebem visitas regulares.

O reencontro entre mães e filhos evidenciou a importância social do projeto. A vice-presidente do TJAC e coordenadora da Infância e Juventude, desembargadora Regina Ferrari, destacou a relevância da iniciativa ao afirmar que o encontro representava um gesto de esperança e de reconstrução de vínculos familiares. A magistrada incentivou as participantes a manterem a confiança no processo de reintegração familiar e ressaltou que a celebração, ainda que tardia, simbolizava um passo importante nesse caminho.

A ausência de visitas é realidade para muitas mulheres em cumprimento de pena privativa de liberdade, seja por impedimentos legais para entrada de familiares na unidade prisional, seja pela distância e pelas dificuldades financeiras das famílias. De



acordo com informações da assistente social Bianca Souza, do Instituto de Administração Penitenciária do Acre, cerca de 36 mulheres não recebem qualquer visita, embora muitas sejam mães. Nesse contexto, o Projeto Abraçando Filhos se torna a única oportunidade para que mães e filhos possam se encontrar.

Durante o evento, situações emocionantes marcaram o reencontro das reeducandas com suas crianças. Casos como o de Ana, de oito anos, que não via a mãe há seis meses, e o de Lúcia, que estava há mais de um ano sem ver os filhos, ilustraram o impacto afetivo da iniciativa. A logística de deslocamento contou com apoio das prefeituras e das equipes de assistência social de Capixaba, Plácido de Castro e Xapuri, além da colaboração do juiz de Direito Bruno Perrotta, titular de Capixaba, que viabilizou o transporte de famílias para a capital.

Histórias de reencontro profundo também foram registradas, como a de Joana, que pôde abraçar os dois filhos e a própria mãe depois de muitos anos de separação. A reeducanda relatou que aguardava há quase oito anos a oportunidade de abraçar a mãe e expressou gratidão pela chance de restabelecer os vínculos familiares.

A atividade contou com a participação de equipes do Tribunal de Justiça responsáveis pela organização do evento, com apoio do Instituto de Administração Penitenciária do Acre, além de representantes do Ministério Público, da Defensoria Pública Estadual e da Assembleia Legislativa do Acre. Para garantia dos direitos das crianças e das mães, os nomes das reeducandas e de seus filhos foram alterados.





AÇÃO DE PROJETO

MAIS DE 150 CRIANÇAS FORAM MOBILIZADAS NA ABERTURA DO PROJETO ECA NA COMUNIDADE

22 de maio de 2025

O Tribunal de Justiça do Acre realizou, no dia 22 de maio, a abertura da 13ª edição do projeto “ECA na Comunidade: Direitos e Deveres”, na Escola Estadual Theodolina Falcão Macedo, localizada no bairro Placas. A atividade mobilizou mais de 150 crianças do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental, reunidas na quadra escolar para conhecerem, de forma lúdica e interativa, os direitos e deveres previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente.

O lançamento foi prestigiado pelo presidente do TJAC, desembargador Laudivon Nogueira, que destacou que proporcionar às crianças o aprendizado sobre leis e cidadania gera frutos para o desenvolvimento social. O magistrado enfatizou que a iniciativa reforça a compreensão de que tanto direitos quanto deveres são fundamentais para a convivência em sociedade.

O defensor público Rogério Pacheco também ressaltou a importância do projeto para o fortalecimento da educação e da justiça, afirmando que a aproximação entre escola, instituições públicas e comunidade contribui diretamente para a construção de um futuro melhor. Em seguida, o deputado estadual Eduardo Ribeiro parabenizou o Tribunal pela iniciativa e reafirmou o compromisso do Poder Legislativo com ações voltadas à proteção e ao desenvolvimento de crianças e adolescentes.

A coordenadora da Infância e Juventude do TJAC, desembargadora Regina Ferrari, conduziu uma atividade interativa com os estudantes, estimulando-os a refletirem sobre respeito, família e seus próprios sonhos, em uma dinâmica baseada em perguntas e respostas. A interação reforçou o protagonismo das crianças no processo de aprendizado.

A coordenadora pedagógica da escola, Valéria Sousa, destacou que a instituição está situada em uma área periférica, com grande vulnerabilidade social, e que a parceria com o Tribunal fortalece o trabalho escolar, especialmente em relação ao combate à



violência e ao bullying. Ressaltou ainda que a escola desenvolve o projeto “Família na Escola”, voltado ao acolhimento e orientação da comunidade, e que ações conjuntas com o poder público potencializam os resultados.

A pedagoga Alessandra Pinheiro utilizou metodologia ativa ao propor uma encenação com os alunos, reforçando o aprendizado por meio de dinâmicas de interação e fixação. A atividade despertou a participação das crianças e contribuiu para a compreensão dos conteúdos discutidos.

A abertura da edição de 2025 contou ainda com a presença do corregedor-geral da Justiça, desembargador Nonato Maia; da vice-coordenadora da COINJ, desembargadora Waldirene Cordeiro; do promotor de Justiça Abelardo Torres; da presidente da Comissão da Criança e do Adolescente da OAB/AC, Rose Figueiredo; do 2º Tenente Maurelando, representando o programa de Policiamento; e do diretor da escola, Anailson Mesquita.



AÇÃO DE PROJETO

AÇÃO DO ECA NA COMUNIDADE LEVOU PALESTRA E MOBILIZOU MAIS DE 120 PAIS NA ESCOLA RAIMUNDO BORGES

27 de maio de 2025

O Tribunal de Justiça do Acre promoveu, no dia 24 de maio, mais uma edição do projeto ECA na Comunidade, realizada na Escola Estadual Raimundo Borges, no bairro Chico Mendes, em Rio Branco. A atividade reuniu 127 pais e responsáveis e teve como destaque uma palestra dedicada ao enfrentamento do abuso sexual contra crianças e adolescentes, promovendo diálogo aberto e orientações essenciais para a proteção



infantojuvenil. A iniciativa buscou fortalecer a conscientização da comunidade escolar sobre direitos, deveres e mecanismos de prevenção e resolução de situações de risco social.

O projeto tem como objetivo sensibilizar estudantes, famílias e membros da comunidade sobre a importância do Estatuto da Criança e do Adolescente, demonstrando que o papel do Poder Judiciário vai além da punição, abrangendo também ações educativas e preventivas. A atividade reforçou a necessidade de uma atuação conjunta entre escola, famílias e instituições públicas para assegurar ambientes mais seguros e acolhedores às crianças e adolescentes.



Durante o encontro, os participantes expressaram gratidão pela oportunidade de se aprofundarem em um tema tão sensível e urgente. A diretora da Escola Raimundo Borges, Neide Brito, destacou que a reunião foi produtiva e enriquecedora, abordando questões diretamente relacionadas à realidade da comunidade escolar, como o abuso sexual e os direitos e deveres de pais, alunos e responsáveis. Ela reforçou que o ECA foi apresentado como instrumento de compreensão e fortalecimento da responsabilidade coletiva.

A mãe da aluna Valentina, Marineia Rocha, afirmou que considerou a palestra extremamente significativa e que todas as escolas deveriam promover encontros semelhantes, especialmente por abordar temas que podem envolver situações de risco dentro do próprio ambiente familiar. O pai da aluna Cássia, Arisvaldo Lima, também aprovou a iniciativa, ressaltando a qualidade da palestra e a importância da ação para a comunidade escolar.





A atividade reafirmou o compromisso do Tribunal de Justiça do Acre em promover ações educativas e integradas que aproximem o Judiciário da sociedade, fortalecendo a proteção social de crianças e adolescentes por meio do conhecimento, da prevenção e da participação ativa das famílias.

VISITA

REPRESENTANTES DA COINJ, COMSIV E GMF VISITARAM A CASA DE APOIO “AMIGOS DO BETÃO”

27 de maio de 2025

A Coordenadoria da Infância e Juventude, a Coordenadoria Estadual das Mulheres em Situação de Violência Doméstica e Familiar e o Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e Socioeducativo realizaram, no dia 26 de maio, uma visita institucional à Casa de Apoio “Amigos do Betão”, entidade sem fins lucrativos que atua no acolhimento de pessoas em situação de rua e dependentes químicos em Rio Branco. Participaram da visita a desembargadora Regina Ferrari, titular da COINJ, o desembargador Francisco Djalma, supervisor do GMF, e a magistrada Andréa Brito, titular da Comsiv.

A entidade acolhe atualmente 16 homens e mulheres em situação de rua, incluindo adolescentes e pessoas em cumprimento de pena em regime semiaberto sob monitoramento eletrônico, oferecendo abrigo, alimentação e acesso a atividades educacionais, culturais e terapêuticas. A Casa possui capacidade total para 40 vagas e conta com atendimentos clínicos e psicológicos realizados semanalmente por profissionais do Sistema Único de Saúde, além de serviços de assistência social em parceria com a Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos.

Durante a visita, os magistrados conheceram as instalações e a metodologia de trabalho adotada pela entidade. Embora tenham registrado que a instituição ainda não alcançou o nível de referenciamento desejado na área, destacaram que a Casa possui potencial para atingir esse patamar, dada a dedicação da direção e a relevância do serviço prestado. As ações desenvolvidas incluem terapia ocupacional, atividades educativas e



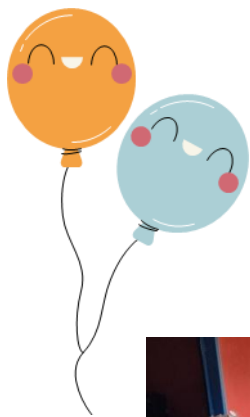
iniciativas voltadas à reintegração social, com foco na promoção do bem-estar, da saúde e da autonomia dos acolhidos.

A desembargadora Regina Ferrari ressaltou que esse tipo de iniciativa demonstra a capacidade do empresariado local de contribuir com a proteção social e com a prevenção de vulnerabilidades, especialmente aquelas que se iniciam na adolescência. Afirmou que a Casa de Apoio representa um projeto de restauração de vidas e que a articulação entre poder público e iniciativa privada é fundamental para construir soluções efetivas, baseadas em abordagens humanizadas e integrais.

O desembargador Francisco Djalma destacou a importância de iniciativas privadas no apoio a pessoas em situação de rua e dependentes químicos, afirmando que ações como a da Casa “Amigos do Betão” são fundamentais para retirar pessoas da rua, combater a drogadição e reduzir situações de violência. Ressaltou ainda que tais experiências devem servir de inspiração para outros empresários interessados em contribuir com políticas de apoio social.

A juíza Andréa Brito reforçou a necessidade de que a justiça criminal esteja alinhada à realidade social do país, observando que sistemas que desconsideram desigualdades históricas tendem a reproduzir exclusões. Defendeu a adoção de abordagens que priorizem responsabilização com dignidade, acesso a direitos e promoção da equidade, reconhecendo que a seletividade penal afeta de forma desproporcional populações vulneráveis, como pessoas negras, pobres, em situação de rua, mulheres, jovens, LGBTQIA+ e povos indígenas.

A visita também registrou que, por meio de parceria com a Secretaria Municipal de Educação de Rio Branco, a Casa conta com um espaço educativo do EJA, oferecendo aos acolhidos a oportunidade de continuidade dos estudos em ambiente protegido. A unidade, instalada em 2022, possui merendeira, auxiliar e professor(a) titular, e aguarda a conclusão do certame municipal para a seleção do professor responsável pelo ano letivo de 2025. Em 2024, a unidade registrou 17 alunos matriculados, todos na fase inicial dos estudos.



AÇÃO DE PROJETO

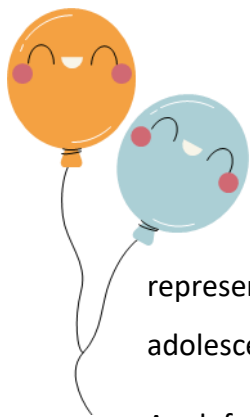
COORDENADORIA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE APRESENTOU O PROJETO “SEMANA DO BRINCAR” NA CÂMARA DE VEREADORES

28 de maio de 2025

A Coordenadoria da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça do Acre apresentou, no dia 28 de maio, a proposta do projeto de lei “Semana do Brincar” na Câmara de Vereadores de Rio Branco. A apresentação foi conduzida pela juíza Olívia Ribeiro, presidente da Associação dos Magistrados do Acre (Asmac), acompanhada da pedagoga do TJAC, Alessandra Pinheiro, e da assistente social Ana Paula Paiva, que representaram a COINJ durante a exposição.

A proposta foi defendida na tribuna popular, onde a magistrada destacou questões fundamentais relacionadas ao direito ao brincar. Explicou que esse direito, ratificado por 196 países, tem sido suprimido por fatores como trabalho precoce e conflitos familiares, sobrecarregando as infâncias e comprometendo o desenvolvimento integral. Ressaltou que a compreensão ampliada da problemática é essencial para formular políticas públicas capazes de assegurar espaços de lazer, brinquedotecas e programas lúdicos nas comunidades. Em suas palavras, enfatizou que o desenvolvimento infantil depende do olhar atento e do amparo do Estado e da sociedade.

O projeto “Semana do Brincar” é realizado anualmente em mais de 120 países, por meio de festivais, intervenções urbanas e ações educativas voltadas ao brincar como instrumento de desenvolvimento emocional, cognitivo e social. A iniciativa, elaborada pela COINJ, foi apresentada no plenário pelo vereador Joabe Lima e, quando aprovada,



representará um marco local para a proteção e promoção dos direitos das crianças e adolescentes.

Ao defender a proposição, a assistente social Ana Paula Paiva destacou sua experiência de 20 anos no Tribunal de Justiça, relatando que muitas famílias não incluem momentos de brincadeira na rotina das crianças. Reforçou que brincar integra a proteção integral prevista na Constituição e deve ser reconhecido como direito fundamental.

A pedagoga Alessandra Pinheiro complementou, trazendo observações do cotidiano da 2ª Vara da Infância e Juventude, onde atua. Enfatizou que a primeira infância constitui período decisivo para o desenvolvimento humano, marcado por condições biológicas e sociais únicas, o que torna essencial a adoção de políticas públicas que valorizem práticas lúdicas.

O vereador Joabe Lima relatou que a iniciativa surgiu do diálogo com profissionais da área, reconhecendo que ouvir quem atua diretamente com a infância confere sentido ao mandato legislativo. Afirmou que transformar a escuta em ação resulta na construção coletiva de políticas públicas. Compartilhou ainda vivência pessoal sobre o desenvolvimento de sua filha, que, quando encaminhada à terapia por atraso na fala, foi estimulada por meio de brincadeiras — experiência que reforçou seu entendimento sobre a importância do brincar para o desenvolvimento infantil.

Os vereadores Leôncio Castro, Éber Machado e Lucilene Vale manifestaram apoio unânime ao projeto de lei, recordando memórias da própria infância e reconhecendo que brincadeiras familiares contribuíram para sua formação pessoal.

Encerrando as manifestações, o vereador André Kamai refletiu sobre os desafios da cidade de Rio Branco em oferecer ambientes seguros e acolhedores para o brincar, considerando problemas relacionados à violência, ao trânsito e à falta de espaços adequados. Enfatizou que a linguagem da criança é a brincadeira e que ela não deve ser privada desse direito.



A sessão ocorreu no Dia Mundial do Brincar, celebrado em 28 de maio, reforçando a importância da agenda e a necessidade de garantir que crianças de todos os contextos sociais tenham suas infâncias preservadas e respeitadas.



AÇÃO DE PROJETO

PROGRAMA RADIOATIVO APOIOU 46 SOCIOEDUCANDOS NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2025 24 de junho de 2025

No dia 24 de junho, a vice-presidente do Tribunal de Justiça do Acre, desembargadora Regina Ferrari, acompanhada das juízas Andrea Brito, Stéphanie Winck e Olívia Ribeiro, apresentou o Programa Radioativo à juíza auxiliar do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Luciana Rocha. A comitiva contou ainda com a presença da assistente técnica do Programa Fazendo Justiça, Adriana Motter, e foi recebida no Senai pelo diretor César Dotto, pela gerente da unidade, Ofélia Machado, pela coordenadora pedagógica Geane Farias e pelo presidente da Federação das Indústrias do Estado do Acre (FIEAC), José Adriano. A visita teve como finalidade demonstrar a experiência do programa, reconhecido nacionalmente por ofertar oportunidades a jovens em cumprimento de medidas socioeducativas.

Durante o encontro, o presidente da FIEAC destacou o impacto do programa na empregabilidade e reafirmou a parceria entre o Sistema S e o Poder Judiciário. Ressaltou que, desde 2019, 207 jovens participaram das capacitações do Radioativo, contando com o apoio de empresários e de emendas parlamentares que possibilitaram o pagamento de bolsas e a absorção da mão de obra.



A juíza Luciana Rocha solicitou informações sobre os critérios de seleção dos beneficiados e recebeu esclarecimentos da desembargadora Regina Ferrari, que explicou o processo de triagem realizado pelas psicólogas da Vara da Infância e Juventude. Reforçou ainda a efetividade do programa na reinserção social e na redução dos índices de reiteração em atos infracionais.

A visita incluiu o acompanhamento das atividades pedagógicas nos laboratórios de confecção, panificação e eletromecânica da unidade educacional. A comitiva conversou com as alunas e alunos do curso de mecânica automobilística e com os estudantes da turma de programação. Entre os jovens matriculados no curso de mecânica, 12 eram beneficiados do Radioativo. Considerando as turmas de Rio Branco e Cruzeiro do Sul, o programa apoiou, no período, 46 socioeducandos.

Ao final da atividade, a juíza auxiliar do CNJ destacou a relevância do programa como ação transformadora conduzida pelo Poder Judiciário do Acre em articulação com instituições parceiras. Afirmou que a união de esforços permitiu avanços concretos na vida dos adolescentes atendidos e sublinhou a importância da educação como ferramenta de transformação social.

A aluna Pietra Muniz, que concluirá o curso em 2026, registrou agradecimento e relatou satisfação com a experiência. Na mesma linha, o aluno Antônio Santos expressou entusiasmo com a oportunidade, afirmando acreditar que o Senai terá papel decisivo em sua trajetória.





AÇÃO DE PROJETO

INFÂNCIA LITERÁRIA: TJAC INCENTIVOU LEITURA E CIDADANIA ENTRE CRIANÇAS E ADOLESCENTES DO ACRE

25 de junho de 2025

No dia 24 de junho, a Coordenadoria da Infância e Juventude (COINJ) do Tribunal de Justiça do Acre realizou o lançamento da 4ª edição do Projeto Infância Literária. A iniciativa, promovida no Palácio da Justiça, reafirmou o incentivo à leitura como pilar essencial para o desenvolvimento educacional e para o exercício da cidadania de crianças e adolescentes do estado.

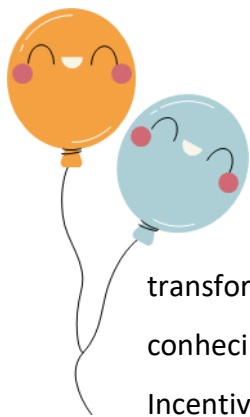
Participaram do evento a conselheira do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Luciana Rocha, a assessora-chefe do gabinete da conselheira Renata Gil, Cibele Coelho, e as juízas Andréa Brito e Stéphanie Winck, entre outras autoridades.



A ação foi dirigida a 27 estudantes do 5º ano da Escola Municipal de Ensino Fundamental Chico Mendes, que receberam livros com temas históricos e científicos, além da Cartilha Brasilzinho Cidadania, material lúdico que apresenta noções de justiça, direitos e cidadania. Após a entrega dos materiais, os estudantes assistiram a um pocket show conduzido pelos artistas acreanos Dinho Gonçalves e Marília Bonfim, que mesclaram música e contação de histórias do livro “Historinhas Indígenas da Floresta”, obra composta a partir de narrativas escritas por crianças de povos originários brasileiros, inclusive do Acre.



Antes da atividade cultural, as magistradas conversaram com os estudantes em linguagem simples, destacando a importância da leitura e dos estudos como caminhos fundamentais para a realização de sonhos e para a formação cidadã. A desembargadora Regina Ferrari, vice-presidente do TJAC e coordenadora da COINJ, ressaltou o papel



transformador da literatura infantil, afirmando que a leitura abre portas para o conhecimento, desperta a imaginação e contribui para a compreensão do mundo. Incentivou as crianças a acreditarem em si mesmas e a cultivarem valores de paz, bondade e respeito no ambiente familiar e escolar.

A conselheira do CNJ Luciana Rocha registrou satisfação em participar da atividade e destacou o compromisso do Poder Judiciário do Acre com ações que aproximam a Justiça da comunidade escolar, ultrapassando o exercício estrito da jurisdição e contribuindo para o desenvolvimento socioeducacional. Afirmou acreditar no poder da educação como instrumento de transformação social, citando o incentivo dado pelo presidente do STF e do CNJ, ministro Luís Roberto Barroso, ao diálogo com crianças e adolescentes.

A diretora da Escola Chico Mendes, pedagoga Maria de Lourdes Almeida, elogiou a iniciativa e enfatizou a relevância de ações que estimulam a leitura fora do ambiente virtual e das redes sociais. Considerou que experiências como essa ampliam o universo cultural dos estudantes e fortalecem o gosto pelos livros. A estudante Amanda Freire Pessoa, de 10 anos, relatou que apreciou a atividade, especialmente a forma integrada como música e histórias foram apresentadas, e afirmou que pretende levar o hábito da leitura para a vida adulta, expressando o sonho de se tornar professora.

Ainda no dia 24, a coordenadora da COINJ participou de mais uma ação do Projeto Arte do Ser, acompanhada da conselheira Luciana Rocha, da assessora do CNJ Cibele Coelho e da juíza Stéphanie Winck. Nesta edição, foi realizada uma oficina de fuxicos com as internas da Casa Abrigo Lar Ester. A técnica artesanal, que transforma pequenos círculos de tecido em peças decorativas, foi utilizada para estimular concentração, criatividade e disciplina, além de possibilitar às participantes o desenvolvimento de habilidades que





podem se transformar em futura fonte de renda.

AÇÃO DE PROJETO

PRESIDENTE E VICE DO TJAC ENTREGARAM BRINQUEDOS PARA CRIANÇAS ABRIGADAS NO EDUCANDÁRIO SANTA MARGARIDA

11 de julho de 2025

No dia 11 de julho, o presidente do Tribunal de Justiça do Acre (TJAC), desembargador Laudivon Nogueira, e a vice-presidente, desembargadora Regina Ferrari, entregaram brinquedos às crianças acolhidas no Educandário Santa Margarida, em Rio Branco. Os itens, voltados ao estímulo da coordenação motora e do desenvolvimento infantil, foram adquiridos por meio de parceria entre o TJAC e o Ministério da Justiça e Segurança Pública, viabilizada pela destinação de emendas parlamentares de 2022 dos deputados federais Léo de Brito e Jéssica Sales.

No ato da entrega, a vice-presidente, que também era coordenadora da Infância e Juventude do TJAC, destacou que ações voltadas à infância reforçavam o princípio da prioridade absoluta estabelecido pela Constituição. Ela registrou que cada gesto dirigido às crianças representava um investimento no futuro da sociedade e agradeceu aos parlamentares que, à época, possibilitaram a aquisição dos materiais pedagógicos.

O presidente do TJAC reforçou o compromisso institucional com a proteção da infância, observando que o Judiciário precisava manter-se próximo das realidades das crianças acolhidas e fortalecer os vínculos que assegurassem seu desenvolvimento integral.

Foram entregues às crianças jogos pedagógicos como baralhos, boliche infantil, quebra-cabeças, jogos de encaixe e de memória, além de brinquedos musicais, como bandinha rítmica com instrumentos de percussão. Também foram disponibilizados materiais educativos, incluindo globo terrestre, livro sensorial, jogos de tabuleiro (como xadrez e forca), painéis psicomotores, kits de pintura com telas, pincéis e tintas, além de kits de bijuteria e miçangas.

Complementando os materiais, foram entregues peças de mobiliário infantil, como mesas e cadeiras de madeira, tatames de EVA, pufes, cabanas de tecido e brinquedos destinados a incentivar a imaginação e a coordenação motora, como a montanha



pedagógica, o kit de frutas e verduras e a prancha de seleção multicolorida. Todos os itens tinham como finalidade estimular o desenvolvimento cognitivo, motor e afetivo das crianças de forma lúdica e segura.

A coordenadora adjunta do Educandário Santa Margarida, Maria Edna, agradeceu pelas doações, afirmando que cada brinquedo representava não apenas um recurso pedagógico, mas também um gesto de cuidado e atenção às crianças da instituição, fortalecendo o trabalho diário desenvolvido pela equipe.

Após a entrega dos brinquedos, os desembargadores visitaram as 34 crianças que estavam abrigadas no local.



AÇÃO DE PROJETO

VICE-PRESIDENTE DO TJAC PRESTIGIOU ENCERRAMENTO DO CURSO DE INFORMÁTICA PARA SOCIOEDUCANDOS

24 de julho de 2025

A solenidade de encerramento do curso de informática básica voltado a socioeducandos foi realizada em 24 de julho, no Centro Socioeducativo Aquiry, em Rio Branco, e contou com a presença da vice-presidente do Tribunal de Justiça do Acre (TJAC), desembargadora Regina Ferrari. O projeto integrou as ações da Coordenadoria da Infância e da Juventude (COINJ) no âmbito do Programa Radioativo, iniciativa voltada à reinserção social e à qualificação profissional de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa.



O diretor do Centro Socioeducativo Aquiry, Márcio Souza, registrou a relevância da oferta do curso, fruto da parceria entre o TJAC e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), avaliando a capacitação como oportunidade fundamental de profissionalização. Ele informou que 15 adolescentes concluíram o curso, que teve carga horária de 40 horas distribuídas em dez aulas, possibilitando aos participantes condições iniciais para inserção no mercado de trabalho.

Durante a cerimônia, a desembargadora Regina Ferrari destacou a importância da educação e da construção de caminhos voltados à paz e ao desenvolvimento humano. Mencionou que a transformação social depende das escolhas individuais e incentivou os jovens a acreditarem na própria capacidade de iniciar um novo ciclo, marcado por resiliência e responsabilidade.

O coordenador pedagógico do Senai, Deyslan Pedrosa, avaliou que a iniciativa contribuiu de forma significativa para a formação profissional dos socioeducandos, reforçando o papel social da parceria entre o Senai, o Instituto Socioeducativo do Acre (ISE) e o Tribunal de Justiça. Por sua vez, o professor de informática do ISE, Márcio Soares, que ministrou as aulas, comentou sobre a satisfação em acompanhar a trajetória dos alunos e ressaltou a importância da certificação na área tecnológica, enfatizando que o domínio dos processos computacionais é essencial para a atuação profissional.





O Tribunal de Justiça do Acre (TJAC) concorreu ao Prêmio Innovare 2025 – 22ª edição, com seis iniciativas voltadas ao acolhimento, proteção e ressocialização de crianças e adolescentes. O desembargador-presidente Laudivon Nogueira recebeu a visita institucional do consultor do Instituto Innovare, Rochilmer Rocha, como parte da etapa de verificação das práticas inscritas.

A coordenadora da Infância e Juventude (COINJ), desembargadora Regina Ferrari, reuniu-se anteriormente com o consultor no gabinete da Vice-Presidência, em Rio Branco. Na ocasião, apresentou detalhadamente os projetos e suas áreas de atuação, abrangendo desde políticas voltadas à primeira infância até ações de capacitação profissional e ressocialização de jovens em cumprimento de medidas socioeducativas.

A magistrada registrou que as iniciativas demonstravam o empenho do Poder Judiciário acreano em atuar para além da função jurisdicional, com práticas preventivas e proativas destinadas ao atendimento de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade.

Os projetos apresentados foram:

- Abraçando Filhos: promoveu o reencontro de filhas e filhos com mães privadas de liberdade, fortalecendo vínculos afetivos e reduzindo impactos emocionais decorrentes da separação.
- Colo de Amor: levou voluntários do Judiciário a abrigos para oferecer colo, atenção e afeto a bebês e crianças em vulnerabilidade.
- Radioativo: ofertou qualificação profissional aos jovens do Sistema Socioeducativo, bem como a adolescentes vítimas de trabalho infantil e em situação de risco social.
- Cidadania e Justiça na Escola: difundiu informações sobre direitos e deveres a estudantes da rede pública.
- Infância Literária: incentivou o hábito da leitura por meio da entrega de livros, contação de histórias e atividades lúdicas.
- Pedalando Novos Tempos: capacitou jovens em cumprimento de medidas socioeducativas no curso de conserto de bicicletas.

Durante a visita técnica, o consultor do Instituto Innovare verificou a conformidade das iniciativas com o regulamento, esclareceu dúvidas e avaliou a efetividade e os avanços alcançados desde o lançamento de cada projeto. Essa verificação integrou a fase de apuração padrão do prêmio, realizado anualmente desde 2004, que reconhece práticas



inovadoras implementadas no sistema de Justiça brasileiro. Ao longo de suas edições, 298 iniciativas já foram premiadas ou agraciadas com menções honrosas.



AÇÃO DE PROJETO

“ECA NA COMUNIDADE” MOBILIZOU MAIS DE 140 ESTUDANTES NA ESCOLA ESTADUAL THEODOLINA FALCÃO MACEDO

12 de agosto de 2025

O projeto “ECA na Comunidade: Direitos e Deveres” realizou, na última semana, um conjunto de ações educativas na Escola Estadual Theodolina Falcão Macedo, localizada no bairro Placas, em Rio Branco. A iniciativa, desenvolvida pela Coordenadoria da Infância e Juventude (COINJ) do Tribunal de Justiça do Acre (TJAC), mobilizou mais de 140 estudantes durante as palestras destinadas às turmas do 5º e do 8º ano do ensino fundamental. Com linguagem adequada às faixas etárias atendidas, os conteúdos foram alinhados às competências da Base Nacional Comum Curricular.

As atividades foram conduzidas pela pedagoga da 2ª Vara da Infância e Juventude, Alessandra Pinheiro, com apoio da estagiária Franciene Monteiro, abordando temas como proteção contra o abuso sexual e bullying. A construção de um “círculo de confiança” representou uma inovação na forma de apresentar às crianças maneiras seguras de pedir ajuda. A utilização de um recurso visual permitiu que os alunos identificassem quais adultos poderiam procurar em situações de insegurança ou desconforto.

A coordenadora pedagógica da escola, Valéria Souza, destacou a importância de difundir o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) como ferramenta de prevenção a violações



de direitos. Ressaltou que a atividade contribuiu para sensibilizar os estudantes sobre o cuidado com o próprio corpo e sobre a necessidade de buscar imediatamente um adulto de confiança quando confrontados com situações de risco, reforçando que jamais devem permanecer em silêncio.

No que diz respeito ao bullying, o diálogo tratou das causas, manifestações e consequências, incentivando a construção de atitudes de empatia. Como resultado, foi elaborado um “Pacto de Convivência e Respeito”, no qual as turmas produziram um manifesto coletivo em mural digital interativo, registrando compromissos para a promoção de um ambiente escolar livre de violência e discriminação.

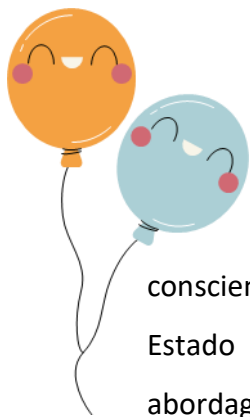
A coordenadora da Infância e Juventude do TJAC, desembargadora Regina Ferrari, destacou que o projeto reforçou o papel do Judiciário no processo de conscientização social. A magistrada registrou que cada edição da iniciativa ampliou o alcance das informações repassadas à comunidade escolar e às famílias, produzindo impacto significativo na realidade acreana ao fortalecer a proteção de crianças e adolescentes.



AÇÃO DE PROJETO

COM ABERTURA DO PROJETO CIDADANIA E JUSTIÇA NA ESCOLA, TJAC BUSCOU ENSINAR JOVENS SOBRE OS TRÊS PODERES DO ESTADO
25 de agosto de 2025

O Tribunal de Justiça do Acre (TJAC), por meio da Coordenadoria da Infância e Juventude (COINJ), realizou a abertura da edição 2025 do projeto Cidadania e Justiça na Escola na Escola Municipal Francisco de Paula Leite Oiticica. O projeto teve como objetivo



conscientizar jovens sobre direitos e deveres, apresentar a estrutura organizacional do Estado e aproximar crianças e adolescentes do sistema de justiça, utilizando uma abordagem lúdica e acessível.

A iniciativa aproximou o Judiciário da comunidade escolar ao levar magistradas, magistrados, integrantes do Ministério Público, Defensoria Pública e advocacia para dialogarem com estudantes do 5º e 6º ano do ensino fundamental sobre cidadania e justiça. As palestras também abordaram temas complementares, como bullying, ética e responsabilidade civil e criminal.

As escolas contempladas receberam cartilhas em quadrinhos que explicavam direitos e deveres básicos, além de introduzirem a Constituição Federal. O ciclo da edição incluiu ainda visitas técnicas ao Judiciário e a produção de redações pelas turmas participantes. Os três melhores textos seriam premiados com tablets doados pela Associação dos Magistrados do Acre (Asmac), no encerramento previsto para ocorrer em novembro.

Durante a cerimônia de abertura, a coordenadora da COINJ e vice-presidente do TJAC, desembargadora Regina Ferrari, apresentou o funcionamento do programa e incentivou as crianças a estudarem e realizarem seus sonhos. A magistrada destacou que o projeto representou a ida do Judiciário às escolas, reforçando o compromisso institucional com a formação cidadã, a democracia participativa e a construção de uma sociedade mais humana e inclusiva.



O projeto contou com apoio da Secretaria Municipal de Educação (Seme), da Secretaria de Estado de Educação (SEE), do Conselho Tutelar, do Ministério Público do Estado do Acre (MPAC), da Defensoria Pública do Estado (DPE-AC), da Ordem dos Advogados do Brasil — Seccional Acre (OAB-AC) e das instituições que compõem a Rede de Proteção à Infância no Acre. A abertura contou com a presença de diversas autoridades, entre elas



a presidente da Asmac, juíza Olívia Ribeiro; a procuradora-geral adjunta do MPAC, Rita de Cássia; a subdefensora pública geral, Simone Santiago; o secretário municipal de Educação, Alysson Bestene; a gestora da SEE, Mila Almeida; e a presidente do Conselho Tutelar de Rio Branco, Lucinaira Carvalho, além da diretora da escola, professora Maria Antônia, e demais membros do corpo docente.

A primeira palestra foi ministrada pela juíza de Direito Evelin Bueno, que, além do conteúdo programado, discutiu a exposição em redes sociais digitais e incentivou os estudantes a adotarem atitudes de respeito no cotidiano escolar e familiar. Para as estudantes Maryane,



Jheennyfer, Shopia e Emilly, todas com 10 anos de idade, a atividade foi inspiradora e positiva. As alunas demonstraram entusiasmo com o projeto e destacaram que os conhecimentos obtidos contribuiriam para transformar suas vidas e sua visão sobre justiça. Uma delas ressaltou que a palestra auxiliou a compreender como as crianças também podem aprender sobre o sistema de justiça e contribuir para mudanças sociais.

AÇÃO DE PROJETO

DESDE 2012, JUSTIÇA ACREANA PROMOVE NAS ESCOLAS DEBATES SOBRE PROTEÇÃO À INFÂNCIA E PREVENÇÃO AO BULLYING E AO ASSÉDIO SEXUAL
30 de agosto de 2025

O Tribunal de Justiça do Acre (TJAC), por meio da Coordenadoria da Infância e Juventude (COINJ), continuou a desenvolver, ao longo de 2025, ações estruturantes voltadas à proteção de crianças e adolescentes, com destaque para o projeto “ECA na Comunidade: Direitos e Deveres”, realizado desde 2012 e voltado a estudantes do 6º ao 9º ano de escolas públicas e privadas do estado. Neste ano, cerca de 300 alunas e alunos participaram das atividades educativas.

A intensificação dos debates sobre superexposição infantil nas redes sociais, cyberbullying e assédio sexual, que ganhou repercussão nacional após denúncias



públicas, reforçou a pertinência da iniciativa. O projeto manteve o propósito de conscientizar estudantes, pais, professores e gestores sobre situações de risco, violências e violações de direitos, além de orientar acerca dos canais adequados para apoio e denúncia.

Por meio de palestras educativas, foram apresentados o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), os mecanismos de proteção previstos em lei e temas relacionados à violência sexual, bullying e suas manifestações no ambiente escolar e virtual. A servidora da 2ª Vara da Infância e Juventude e palestrante do projeto, Alessandra Pinheiro, registrou que a iniciativa consolidou uma ponte sólida entre as escolas e o Judiciário acreano, possibilitando esclarecimentos, oficinas e orientações contínuas às comunidades escolares. Segundo a pedagoga, a atuação preventiva passou a fortalecer a identificação precoce de situações de vulnerabilidade e o acionamento célere da Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente.

O juiz de Direito da 2ª Vara da Infância e Juventude de Rio Branco, Jorge Luiz Lima, destacou que o projeto transformou a escola em espaço de educação para a cidadania, contribuindo para a promoção de uma cultura de respeito aos direitos humanos e para a prevenção de violações. Em sua avaliação, a iniciativa aproximou o sistema de justiça da sociedade e reforçou práticas de convivência baseadas na dignidade, no respeito e na inclusão.

Na edição mais recente do projeto, realizada no Colégio Acreano, foram mobilizados cerca de 100 estudantes. As crianças participaram de discussões sobre os diferentes tipos de bullying — moral, relacional, social, físico, verbal, material, preconceituoso e o cyberbullying — e analisaram, em grupos, situações fictícias de violência, debatendo estratégias de denúncia e enfrentamento. Ao final da atividade, firmaram o “Pacto de Convivência e Respeito”, comprometendo-se a construir um ambiente escolar mais inclusivo e respeitoso.

Estudantes manifestaram a importância do aprendizado. O aluno Thyago Colar, do 6º ano, afirmou que aprendeu a respeitar as diferenças. A aluna Marina Araújo destacou



que reconheceu a relevância de não diminuir colegas por características físicas, compreendendo que o bem-estar coletivo depende da empatia e da valorização da diversidade. Professores também ressaltaram o impacto das ações, apontando a necessidade permanente de sensibilização sobre o tema para que os jovens compreendam as consequências do bullying e abandonem práticas prejudiciais.

O diretor do Colégio Acreano, Thiago Valle, avaliou que políticas de conscientização implementadas dentro das escolas contribuem para transformar a mentalidade da juventude, reforçando a importância de abordar o assunto de maneira contínua.

Além das ações do projeto “ECA na Comunidade”, a COINJ manteve outras iniciativas de proteção infantojuvenil em 2025, abrangendo desde acolhimento institucional até qualificação profissional de jovens em conflito com a lei. Seis dessas iniciativas concorreram ao Prêmio Inovare, sendo elas: Abraçando Filhos, Colo de Amor, Radioativo, Cidadania e Justiça na Escola, Infância Literária e Pedalando Novos Tempos.

A COINJ também articulou, em parceria com a Secretaria de Comunicação (Secom), a Rede de Proteção e a imprensa, a campanha “Nunca é Tarde”, com produção de vídeos, spots para rádio e peças publicitárias para incentivar denúncias de abuso sexual infantil e sensibilizar a sociedade acreana sobre riscos e violações que atingem crianças e adolescentes. A campanha integrou esforços de conscientização, mobilização social e fortalecimento da cultura de proteção.

A coordenadora da COINJ, desembargadora Regina Ferrari, destacou que o Judiciário acreano manteve o compromisso institucional de garantir a efetividade dos direitos fundamentais da população infantojuvenil, conforme determinam a Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente. A magistrada enfatizou que as ações da Coordenadoria tiveram como norte o princípio da proteção integral e da prioridade absoluta, com foco especial na prevenção de violências, no fortalecimento de vínculos familiares, na mobilização comunitária e na construção de ambientes mais seguros e acolhedores.



AÇÃO DE PROJETO

PEDALANDO NOVOS TEMPOS REFORÇA O COMPROMISSO COM A SOCIOEDUCAÇÃO

19 de setembro de 2025

Foi realizada a aula inaugural da quarta turma do projeto Pedalando Novos Tempos, iniciativa voltada à oferta do curso de mecânica de bicicletas para adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa. Nesta edição, os beneficiados foram os socioeducandos do Centro Socioeducativo Aquiry, em Rio Branco.

O projeto foi executado pelo Tribunal de Justiça do Acre (TJAC) em parceria com o Governo do Estado, por meio do Instituto Socioeducativo (ISE), além do Ministério Público do Acre (MPAC), Defensoria Pública do Estado (DPE/AC) e Sistema S. A ação reforçou a concepção de socioeducação instituída pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, consolidando-se como uma prática essencial para a construção de novas perspectivas profissionais e pessoais para os participantes.

Durante a solenidade, o diretor operacional do ISE, Maurício Pinheiro, registrou agradecimentos aos profissionais envolvidos e destacou que o curso funcionou como atividade extracurricular capaz de ampliar horizontes para os socioeducandos. O diretor do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), César Dotto, informou que a formação teve carga horária de 40 horas-aula e que, a cada edição, houve aprimoramento dos conteúdos programáticos e das metodologias aplicadas.



A promotora de Justiça Vanessa Muniz reforçou que a mudança de trajetórias representou o núcleo da socioeducação e dirigiu palavras de incentivo aos adolescentes que iniciaram a nova etapa de capacitação.

A coordenadora da Infância e Juventude do TJAC, desembargadora Regina Ferrari, relembrou que o Pedalando Novos Tempos recebeu, em 2024, o Prêmio Prioridade Absoluta do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). A magistrada registrou também que as peças utilizadas nas oficinas foram adquiridas com recursos arrecadados no Bazar Solidário promovido anualmente pelo TJAC. Destacou que o projeto simbolizou a construção de novas rotinas e horizontes, reafirmando a confiança institucional no potencial dos adolescentes.

O presidente do TJAC, desembargador Laudivon Nogueira, finalizou enfatizando a importância dos sonhos e da coragem para transformar realidades, afirmando que todos possuem responsabilidade diante das gerações presentes e futuras.



AÇÃO DE PROJETO

TJAC PROMOVEU DIA DE LAZER PARA CRIANÇAS ACOLHIDAS PELO EDUCANDÁRIO SANTA MARGARIDA
11 de outubro de 2025

A Coordenadoria da Infância e Juventude (COINJ) do Tribunal de Justiça do Acre promoveu mais uma edição do projeto Colo de Amor no Educandário Santa Margarida, em Rio Branco, como atividade alusiva ao Dia das Crianças. A iniciativa ofereceu momentos de lazer e acolhimento às meninas e meninos abrigados, com brincadeiras,



pula-pula, escorregador inflável e um almoço especial destinado às crianças atendidas pela instituição.

A coordenadora da COINJ, desembargadora Regina Ferrari, registrou o compromisso do Judiciário acreano com a proteção da infância e juventude e enfatizou que toda criança deveria receber afeto, segurança e cuidado. A magistrada também destacou o impacto positivo das ações voltadas ao público infantil e afirmou que investir na infância representava contribuir para um futuro melhor para o Acre.

Ao final da atividade, a coordenadora agradeceu aos parceiros e voluntários que colaboraram para a realização do evento, ressaltando que o objetivo foi proporcionar um dia significativo e alegre para as crianças acolhidas.

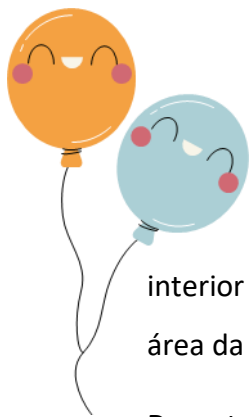
A ação contou com a participação da chefe de gabinete da Presidência, Ana Felisberto, acompanhada de sua neta; da secretária executiva da COINJ, Jhenyffer Andrade; bem como de funcionárias e funcionários do Educandário Santa Margarida.



AÇÃO DE PROJETO

TJAC REALIZOU REUNIÃO DE ALINHAMENTO SOBRE ACOLHIMENTOS INSTITUCIONAIS COMO PARTE DO PROJETO “ONDE ESTÁ MINHA FAMÍLIA?”
20 de outubro de 2025

O Tribunal de Justiça do Acre, por meio da Coordenadoria da Infância e Juventude (COINJ), realizou em 20 de outubro de 2025 uma reunião de alinhamento voltada à discussão da situação dos acolhimentos institucionais no Estado. O encontro, conduzido em ambiente virtual, reuniu magistradas e magistrados das comarcas da capital e do



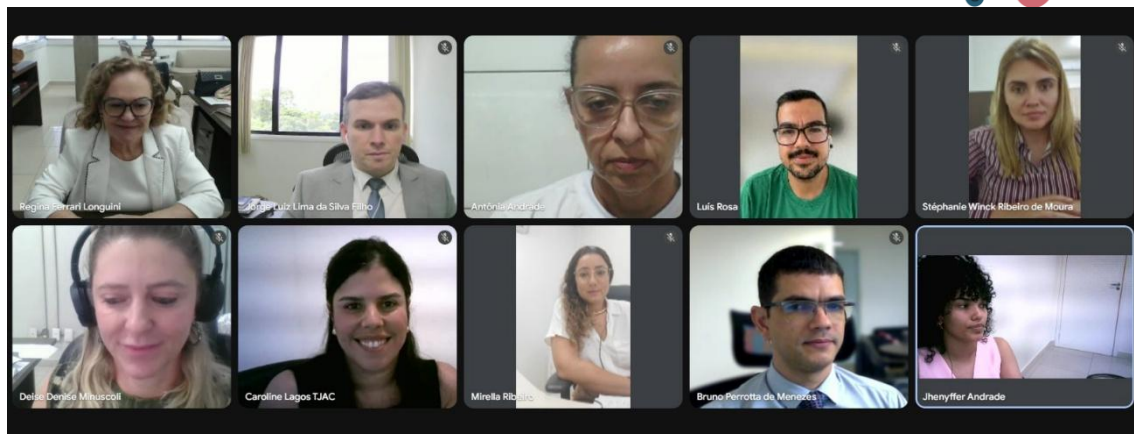
interior com o objetivo de fortalecer a articulação entre os profissionais que atuam na área da Infância e Juventude.

Durante a reunião, registrou-se que o Acre possuía 108 crianças e adolescentes em acolhimento institucional, sendo 28 deles acolhidos há mais de um ano. As discussões concentraram-se na busca por estratégias que pudessem conferir maior celeridade e efetividade às medidas de proteção, assegurando o direito à convivência familiar e comunitária.

A ação integrou o projeto “Onde Está Minha Família?”, iniciativa do TJAC destinada a acelerar os processos de medida de proteção e adoção. O projeto tem como eixo a articulação entre magistrados, Ministério Público, Defensoria Pública e serviços de acolhimento, buscando evitar que crianças e adolescentes permaneçam longos períodos afastados de um lar definitivo. Entre as estratégias debatidas estiveram a redução de entraves burocráticos, a flexibilização de perfis de adoção e o aperfeiçoamento dos fluxos de encaminhamento, medidas voltadas a tornar mais ágil a reintegração familiar ou o processo de adoção.

Participaram do encontro a desembargadora Regina Ferrari, coordenadora da Infância e Juventude do TJAC, e os magistrados Isabelle Sacramento, Jorge Luiz, Luís Rosa, Deise Minuscoli, Stephanie Moura, Caroline Lagos, Mirella Ribeiro e Bruno Perrota. Na ocasião, a desembargadora destacou a necessidade de união de esforços para transformar a realidade das crianças e adolescentes acolhidos, enfatizando que cada caso demanda acompanhamento próximo, com sensibilidade, responsabilidade e articulação efetiva entre os órgãos da rede de proteção.

A COINJ informou que novas reuniões e ações conjuntas serão realizadas com o propósito de consolidar práticas humanizadas e restaurativas no tratamento dos acolhimentos e das medidas de proteção à infância e juventude em todo o Estado.



AÇÃO DE PROJETO

TJAC PROMOVE PROJETO INFÂNCIA LITERÁRIA EM ALUSÃO À SEMANA NACIONAL DO LIVRO E DA BIBLIOTECA

21 de outubro de 2025

Em alusão à Semana Nacional do Livro e da Biblioteca, celebrada de 23 a 29 de outubro, o Tribunal de Justiça do Acre (TJAC), por meio da Coordenadoria da Infância e Juventude (COINJ), realizou mais uma edição do projeto Infância Literária. A ação ocorreu no Palácio da Justiça, em Rio Branco, e reuniu estudantes do 4º ano da Escola Luiz de Carvalho Fontenelle.

Criado em 2022, o projeto foi desenvolvido em parceria com a Secretaria de Educação (SEE) e a Fundação Elias Mansour (FEM), com o propósito de democratizar o acesso ao livro, estimular o hábito da leitura entre crianças das escolas públicas, ampliar o repertório literário e fomentar a aprendizagem por meio da literatura.

Os estudantes participaram de uma programação diversificada. Foi realizado um tour guiado pelas instalações do Palácio da Justiça, que abriga objetos históricos relacionados ao Judiciário acreano, como vestimentas, documentos e decisões relevantes. Na sequência, as turmas assistiram à animação Gato de Botas 2: O Último Pedido.

Na etapa seguinte, as crianças foram recebidas por autoridades do Judiciário acreano. O presidente do TJAC, desembargador Laudivon Nogueira, compartilhou suas memórias sobre o início de sua relação com a literatura e enfatizou a relevância da leitura para o desenvolvimento crítico e criativo das novas gerações. A vice-presidente do Tribunal e



coordenadora da COINJ, desembargadora Regina Ferrari, também destacou o papel transformador do hábito de ler na formação pessoal e acadêmica das crianças.

O evento contou ainda com a presença do corregedor-geral da Justiça, desembargador Nonato Maia; da subdefensora-geral Simone Santiago; da presidente da Associação dos Magistrados do Acre (Asmac), juíza Olivia Ribeiro; do secretário adjunto de Educação do Estado, Reginaldo Prates; da presidente da Comissão da Criança e do Adolescente da OAB/AC, Rose Figueiredo; além de professoras, servidoras e servidores do TJAC.

A programação incluiu atividades culturais e de incentivo à leitura. As servidoras da Biblioteca Pública, Tânia Macoli e Jayne Kemeyle, promoveram uma sessão de contação de histórias, com poemas de Pedro Bandeira e Cecília Meireles, e a narrativa da fábula “O leão e o ratinho”. As crianças também receberam lanches e livros infantojuvenis doados pelo TJAC.

A estudante Giovanna Ariulla relatou que a ação representou um momento significativo em sua trajetória escolar e pessoal, fortalecendo seu desejo de seguir carreira na área jurídica. A professora Suiane Silva afirmou que a iniciativa proporcionou aos alunos uma vivência marcante, contribuindo para ampliar seu interesse pela leitura e pelo universo da Justiça.





COORDENADORIA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DO TJAC ARTICULOU AÇÕES DE COMBATE AO TRÁFICO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

07 de novembro de 2025

A Coordenadoria da Infância e Juventude (COINJ) do Tribunal de Justiça do Acre realizou, em 7 de novembro de 2025, uma reunião voltada ao fortalecimento das ações de enfrentamento ao tráfico de crianças e adolescentes. O encontro contou com a participação de representantes da Organização Internacional para Migrações (OIM) e da Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos (Seasdh), ampliando o diálogo institucional sobre práticas criminosas que afetam de forma direta a infância e juventude, especialmente em regiões de fronteira.

Durante a reunião, foram discutidos temas como abuso e exploração sexual, adoção ilegal, tráfico de pessoas e trabalho análogo à escravidão — violações que frequentemente se interligam às dinâmicas do tráfico de crianças e adolescentes, sobretudo na tríplice fronteira amazônica. A articulação buscou reforçar estratégias e consolidar parcerias já iniciadas pela Presidência do TJAC no início do mês, agora com foco específico no público infantojuvenil.

A vice-presidente do Tribunal e coordenadora da COINJ, desembargadora Regina Ferrari, ressaltou a relevância da atuação conjunta da rede institucional para enfrentar crimes dessa natureza. Ela também enfatizou que ações educativas e de inclusão social são fundamentais para a prevenção. Em suas palavras, somente investindo em educação e proteção integral será possível alterar o cenário de vulnerabilidade que favorece as violações.

O juiz auxiliar da Vice-Presidência do TJAC, Bruno Perrotta, também destacou a necessidade de ampliar o envolvimento de outras instituições do sistema de Justiça e da rede de proteção, de modo a aprimorar as iniciativas de prevenção e enfrentamento. Ele observou que o tráfico de pessoas é um crime silencioso e complexo, agravado pelos fluxos migratórios intensificados por crises humanitárias e ambientais, o que exige respostas articuladas e contínuas.



A reunião marcou mais um passo na consolidação de ações interinstitucionais que visam proteger crianças e adolescentes em situação de risco, reafirmando o compromisso do TJAC com a Agenda 2030 e com a defesa dos direitos humanos no Acre.



REUNIÃO

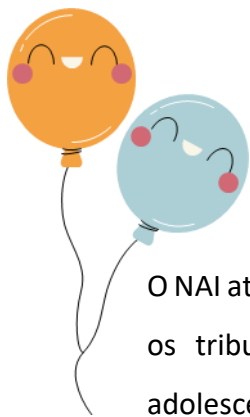
COORDENADORIA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DO TJAC RECEBEU PROJETO PARA CRIAÇÃO DO NÚCLEO DE ATENDIMENTO INTEGRADO

18 de novembro de 2025

A Coordenadoria da Infância e Juventude (COINJ) do Tribunal de Justiça do Acre recebeu, em 18 de novembro de 2025, o projeto para implantação do Núcleo de Atendimento Integrado (NAI), equipamento destinado ao atendimento inicial de adolescentes a quem se atribua a prática de ato infracional. A proposta contempla a criação de um espaço físico específico, estruturado para integrar, em um único ambiente, os serviços do Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, Segurança Pública e Assistência Social.



A coordenadora da COINJ, desembargadora Regina Ferrari, recebeu o projeto das mãos do presidente do Instituto Socioeducativo do Acre (ISE), coronel Mário César. O documento apresentou a configuração do ambiente e a disposição dos setores necessários para assegurar o fluxo adequado de atendimentos ao público adolescente.



O NAI atende à Recomendação n.º 87/2021 do Conselho Nacional de Justiça, que orienta os tribunais a instituírem estruturas integradas para o primeiro atendimento a adolescentes em conflito com a lei, em consonância com as diretrizes do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). O modelo busca qualificar a porta de entrada da socioeducação, garantindo integração operacional entre os órgãos e evitando procedimentos fragmentados.

Entre os princípios que orientam o Núcleo estão a adoção de práticas restaurativas, o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, a efetividade das medidas socioeducativas e a centralidade do interesse da criança e do adolescente. Também integram as diretrizes do equipamento a garantia da assistência jurídica, da ampla defesa, do contraditório e do devido processo legal.

A desembargadora Regina Ferrari ressaltou que a criação do NAI representa um avanço significativo na humanização e eficiência do atendimento inicial. Ela afirmou que a adequação de um ambiente integrado permitirá respostas mais rápidas e qualificadas, respeitando a proteção integral e os direitos fundamentais dos adolescentes atendidos.

O próximo passo consiste na realização de uma reunião com as instituições que compõem o Sistema de Justiça e que atuarão diretamente no Núcleo. O encontro deverá validar os fluxos de trabalho e verificar se o projeto arquitetônico apresentado atende às demandas específicas de cada órgão envolvido na rede da Infância e Juventude.



COINJ EM NÚMEROS

PROJETO	QUANTIDADE DE BENEFICIÁRIOS
PROGRAMA RADIOATIVO	53
CIDADANIA E JUSTIÇA NA ESCOLA	383
INFÂNCIA LITERÁRIA	60
ABRAÇANDO FILHOS	75
ECA NA COMUNIDADE	390
COLO DE AMOR	119
ARTE DO SER	55
PEDALANDO NOVOS TEMPOS	9

PROGRAMA RADIOATIVO



O Programa Radioativo, iniciativa do Tribunal de Justiça do Acre voltada à qualificação profissional e à inclusão social de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas ou em situação de vulnerabilidade, tem sido fortalecido por meio de diferentes convênios firmados com o Ministério da Justiça e Segurança Pública e com o Governo do Estado do Acre, mediante destinação de emendas parlamentares federais e estaduais.

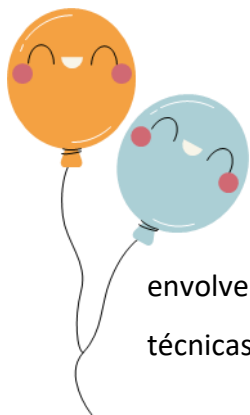


As ações executadas nos últimos anos permitiram a ampliação da oferta de cursos profissionalizantes em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), garantindo formação técnica nas áreas de tecnologia da informação e mecânica automotiva. Os investimentos asseguraram a continuidade das turmas, a manutenção de bolsas de apoio e a aquisição de insumos necessários ao funcionamento das atividades educacionais.

O Convênio 00004/2022, vinculado ao Contrato nº 20/2024 e à Emenda Parlamentar nº 30360009, destinada pelo deputado federal Alan Rick, contou com o Ministério da Justiça e Segurança Pública como concedente e totalizou o valor de R\$ 353.536,00. Com esses recursos, foi executado o curso Programador Full Stack, ofertado pelo SENAI, com início em 13 de novembro de 2023 e término em 24 de junho de 2025, e o curso de Eletricista de Manutenção Eletroeletrônica, em Cruzeiro do Sul, com início em 08 de julho de 2024 e término em 05 de agosto de 2025. A capacitação contemplou 24 jovens atendidos pelo Programa Radioativo, com foco na formação tecnológica em linguagem de programação, desenvolvimento de sistemas e habilidades de empregabilidade.

O Convênio nº 59/2024, formalizado com o aporte de R\$ 260.000,00, resultou da soma de três emendas estaduais: Emenda nº 01.927/2024 (Deputado Adailton Cruz – R\$ 80.000,00), Emenda nº 08.356/2024 (Deputado Eduardo Ribeiro – R\$ 80.000,00) e Emenda nº 14.434/2024 (Deputado Luiz Gonzaga – R\$ 100.000,00). Esse instrumento permitiu a continuidade e expansão das capacitações já ofertadas, abrangendo duas formações executadas pelo SENAI: Programador Full Stack, com início em 22 de julho de 2024 e término previsto para 21 de março de 2026, com 17 jovens; e Mecânica Automobilística, iniciado em 17 de fevereiro de 2025 e concluído em 18 de dezembro de 2025, com 12 adolescentes.

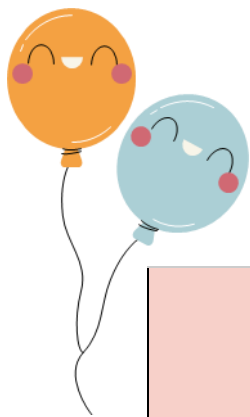
Os registros institucionais demonstram que o Programa Radioativo se consolidou como uma experiência exitosa e reconhecida nacionalmente, ao ampliar oportunidades de estudo, qualificação e preparação para o mercado de trabalho. As ações desenvolvidas



envolveram acompanhamento pedagógico, articulação interinstitucional, visitas técnicas, acompanhamento das aulas práticas e interação com estudantes beneficiados.

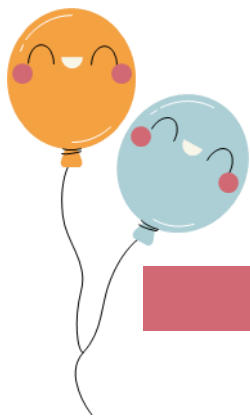
Dados relativos ao primeiro semestre de 2025 indicam que 53 socioeducandos participaram diretamente das formações ofertadas, fortalecendo o eixo de empregabilidade previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente e assegurando a continuidade do Radioativo como política pública de ressocialização e desenvolvimento humano. O programa segue alinhado aos objetivos do CNJ e às diretrizes de proteção integral, reafirmando o compromisso do Tribunal de Justiça do Acre com a promoção de oportunidades e com a construção de novos caminhos para adolescentes e jovens acreanos.

Convênio	Emendas	Valor global	Processo SEI	Curso	Nº Alunos Matriculados	Status
CONVÊNIO 00004/2022930452 Contrato Nº 20/2024	Emenda Nº 30360009 Deputado Federal Alan Rick/DEM- AC Concedente: Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJPS)	R\$ 353.536,00	0003501-55.2023.8.01.0000	Curso: Programador Full Stack* (Escola SENAI) • Data de início: 13/11/2023 • Data de término: 24/06/2025	12 alunos matriculados	Turma encerrada
				Curso: Eletricista de Manutenção Eletroeletrônica (Unidade Integrada Juruá - Cruzeiro do Sul) • Data de início: 08/07/2024 • Data de término: 05/08/2025	12 alunos matriculados	Turma encerrada
				Curso: Eletricista de Manutenção Eletroeletrônica (Escola SENAI) • Data de início: 21/10/2024 • Data de término: 28/08/2025	8 alunos matriculados em vagas de desistentes do Programador Full Stack*	Turma encerrada



CONVÊNIO Nº 59/2024	Emenda 01.927/2024 (Dep. Estadual Adailton Cruz) Valor R\$ 80.000,00	R\$ 260.000,00	0009287- 46.2024.8.01.0000	Curso: Programador Full Stack (Escola SENAI) • Data de início: 22/07/2024 • Data de término: 21/03/2026	17 alunos matriculados	Turma em andamento
	Emenda 08.356/2024 (Dep. Estadual Eduardo Ribeiro) Valor R\$ 80.000,00			Curso Mecânica Automobilística Escola SENAI • Data de início: 17/02/2025 • Data de término: 18/12/2025	12 alunos matriculados	Turma em andamento
	Emenda 14.434/2024 (Dep. Estadual Luiz Gonzaga) Valor R\$ 100.000,00					





CIDADANIA E JUSTIÇA NA ESCOLA



O Tribunal de Justiça do Acre realizou, ao longo de 2025, o cronograma de visitas e palestras do Projeto Cidadania e Justiça na Escola, contemplando diversas unidades de ensino da capital. As ações envolveram diálogo com estudantes, entrega de materiais educativos, articulação direta com equipes pedagógicas e participação de magistradas e magistrados que atuam como palestrantes.

A primeira atividade registrada ocorreu na Escola Francisco Oiticica, em 25 de agosto, atendendo uma turma integral composta por 25 alunos, com palestra ministrada pela Juíza Evelin Bueno. Em seguida, no dia 7 de outubro, a Escola Luís de Carvalho Fontinele, situada no Bairro Bosque, recebeu o projeto às 14h, contemplando uma turma do turno da tarde com 21 alunos. A palestra foi ministrada pela Juíza Isabelle Sacramento.

No dia 8 de outubro, a Escola Monte Castelo, localizada na Estrada Jarbas Passarinho, Bairro Placas, mobilizou uma turma do turno da manhã, totalizando 35 alunos, em palestra conduzida pela Advogada Paula Belmino

A Escola Álvaro Vieira da Rocha, no Bairro Conquista, participou da ação em 13 de outubro, às 14h, com 24 alunos, em apresentação realizada pelo Juiz Cloves Augusto. Ainda na mesma unidade escolar, em 14 de outubro, às 8h, a Advogada Krisna ministrou palestra para outra turma, somando mais 60 alunos, totalizando 84 estudantes atendidos.



Na sequência, em 17 de outubro, às 10h, a Escola Luís de Carvalho Fontinele recebeu novamente o projeto, agora com uma turma da manhã composta por 28 alunos, em palestra ministrada pela Advogada Krisna. Também em 17 de outubro, às 8h, a Escola Monte Castelo recebeu outra atividade do projeto, somando mais uma turma de 35 alunos atendida, com palestra do Juiz Ricardo Freire.

No dia 21 de outubro, às 14h, a Escola José Potyguara, localizada na Rua Benjamin Constant, Calafate, foi contemplada com a atividade, envolvendo duas turmas do turno da tarde, totalizando 50 alunos. A palestra foi conduzida pela Juíza Bruna Barreto.

Posteriormente, em 28 de outubro, às 14h, a Escola Monte Castelo recebeu mais uma palestra, incluindo uma turma do turno da tarde com 35 alunos, ministrada pela Advogada Nayara. Com isso, a escola somou três turmas atendidas ao longo do mês de outubro.

O calendário registrado consolidou a execução do Projeto Cidadania e Justiça na Escola como uma das principais estratégias educativas do Tribunal de Justiça do Acre, aproximando o sistema de justiça da comunidade escolar, promovendo formação cidadã e disseminando informações essenciais sobre direitos, deveres, ética, convivência e responsabilidade social entre crianças e adolescentes.

Teve, ainda, a finalização da edição na Comarca de Santa Rosa do Purus, com a participação de 100 alunos e a premiação de dois tablets.

Totalizando um total de 383 crianças e 8 escolas que participaram da edição de 2025.

Escola Francisco Oiticica – 25/08/2025 – Palestrante: Juíza Evelin Bueno:





Escola Luís de Carvalho Fontinele – 07/10/2025 – Palestrante: Juíza Isabelle Sacramento:



Escola Monte Castelo – 08/10/2025 – Palestrante: Advogada Paula Belmino:



Escola Álvaro Vieira da Rocha – 13/10/2025 – Palestrante: Juiz Cloves Augusto:



Escola Álvaro Vieira da Rocha – 14/10/2025 – Palestrante: Advogada Krisna:



Escola Monte Castelo – 17/10/2025 – Palestrante: Juiz Ricardo Freire:



Escola Álvaro Vieira da Rocha – 14/10/2025 – Palestrante: Advogada Krisna:



Escola José Potyguara – 21/10/2025 – Palestrante: Juíza Bruna Berroto:



Escola Monte Castelo – 28/10/2025 – Palestrante: Advogada Nayara:



INFÂNCIA LITERÁRIA



O Projeto *Infância Literária*, desenvolvido pela Coordenadoria da Infância e Juventude (COINJ) do Tribunal de Justiça do Acre, reafirmou em 2025 o compromisso institucional com a formação leitora e a cidadania das crianças atendidas pelas escolas públicas do Estado. Criada em 2022, a iniciativa tem como objetivo democratizar o acesso ao livro, incentivar o hábito da leitura e ampliar o repertório cultural de estudantes da educação básica, promovendo ações lúdicas e formativas em parceria com instituições educacionais.

Ao longo do ano, o projeto realizou diferentes atividades, com destaque para a edição especial promovida no Palácio da Justiça, em Rio Branco, que reuniu estudantes do 4º e 5º ano de escolas da rede municipal. As ações tiveram início com visita guiada ao acervo histórico do Tribunal de Justiça, permitindo que as crianças conhecessem parte da memória institucional do Judiciário acreano.



No dia 24 de junho de 2025, foi realizada a edição voltada aos estudantes do 5º ano da Escola Municipal Chico Mendes, que participaram de uma programação especial no Palácio da Justiça, envolvendo entrega de livros, contação de histórias e apresentação artística baseada na obra *Historinhas Indígenas da Floresta*. A ação incluiu também diálogo com magistradas convidadas e atividades de incentivo ao protagonismo juvenil por meio da leitura.

Em 21 de outubro de 2025, o projeto promoveu uma nova edição com as turmas do 4º ano da Escola Luiz de Carvalho Fontenelle, igualmente realizada no Palácio da Justiça. As crianças participaram de visita guiada ao acervo histórico do TJAC, sessão de cinema educativo, contação de histórias com poemas de Pedro Bandeira e Cecília Meireles, além da distribuição de livros infantis e materiais literários.

A programação incluiu ainda sessão de cinema educativo, contação de histórias e interação com artistas locais. Na edição realizada com apoio da Fundação Elias Mansour e da Secretaria de Estado de Educação (SEE), os alunos receberam livros infantis, exemplares da Cartilha *Brasilzinho Cidadania* e acompanharam apresentações culturais baseadas na obra *Historinhas Indígenas da Floresta*, fortalecendo o contato com narrativas de autoria originária e valorizando a diversidade cultural amazônica.

As atividades também envolveram ações educativas complementares, como declamação de poemas de Pedro Bandeira e Cecília Meireles, narração de fábulas e entrega de materiais literários e pedagógicos. Professores e gestores escolares enfatizaram a relevância da iniciativa diante do cenário de hiperconectividade, ressaltando que incentivar a leitura é abrir caminho para que crianças desenvolvam pensamento crítico, sensibilidade e autonomia intelectual.

O Projeto *Infância Literária* consolidou-se, em 2025, como uma das principais estratégias da COINJ para fortalecer a educação pública, aproximar o Judiciário das comunidades escolares e promover experiências de aprendizagem que ultrapassam a sala de aula. As ações realizadas contribuíram para fomentar o gosto pela leitura e



estimular a construção de trajetórias cidadãs, reforçando o papel da literatura na formação de crianças e adolescentes do Acre.



ABRAÇANDO FILHOS



No dia 19 de maio de 2025, foi realizada mais uma edição do Projeto *Abraçando Filhos*, iniciativa da Coordenadoria da Infância e Juventude (COINJ) do Tribunal de Justiça do



Acre voltada a promover o reencontro entre reeducandas e seus filhos fora do ambiente prisional. A ação ocorreu no átrio do TJAC e reuniu 25 mulheres privadas de liberdade oriundas da Unidade Prisional Feminina de Rio Branco, bem como suas crianças e familiares, garantindo um momento de acolhimento, afeto e fortalecimento de vínculos.

A atividade buscou amenizar os efeitos da distância física e emocional decorrentes do encarceramento, especialmente para mães que, por impedimentos legais, dificuldades financeiras ou distância geográfica, não recebiam visitas regulares. Com o apoio do Instituto de Administração Penitenciária (Iapen/AC), equipes técnicas do Judiciário e prefeituras dos municípios de Capixaba, Plácido de Castro e Xapuri, foi possível viabilizar o deslocamento de crianças que há meses não encontravam suas mães.

Na abertura do encontro, a vice-presidente do TJAC e coordenadora da COINJ, desembargadora Regina Ferrari, destacou a importância da ação para o fortalecimento emocional das famílias e para a construção de caminhos de retorno ao convívio familiar. As reeducandas também relataram o impacto transformador do momento, descrevendo reencontros marcados por emoção, acolhimento e esperança.

A ação contou ainda com a presença de representantes do Ministério Público do Acre, Defensoria Pública Estadual e Assembleia Legislativa, reforçando a articulação interinstitucional que sustenta o projeto. O *Abraçando Filhos* segue sendo reconhecido como uma iniciativa essencial para a efetivação de direitos fundamentais e para a proteção das relações familiares em contextos de vulnerabilidade.





ECA NA COMUNIDADE



Ao longo de 2025, o Tribunal de Justiça do Acre desenvolveu diversas ações educativas por meio do Projeto *ECA na Comunidade: Direitos e Deveres*, iniciativa da Coordenadoria da Infância e Juventude (COINJ) voltada à prevenção das violações e à divulgação dos direitos previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente. As atividades alcançaram estudantes, pais, professores e equipes escolares, fortalecendo a rede de proteção e promovendo ambientes mais seguros para a infância e a adolescência.

No dia 22 de maio de 2025, foi realizada a abertura da 13ª edição do projeto na Escola Estadual Theodolina Falcão Macedo, no bairro Placas, mobilizando mais de 150 crianças do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental. A ação contou com atividades educativas, dinâmicas e diálogo direto com as crianças sobre temas como respeito, convivência saudável, família e cidadania.

Em 24 de maio de 2025, a Escola Raimundo Borges, localizada no bairro Chico Mendes, recebeu edição voltada exclusivamente a pais e responsáveis. A palestra abordou o enfrentamento ao abuso sexual infantil, reunindo 127 participantes e estimulando o diálogo sobre proteção, responsabilidade e deveres legais.

Nas semanas seguintes, novas edições foram realizadas, ampliando o alcance do projeto. A Escola Estadual Theodolina Falcão Macedo voltou a receber o programa,



desta vez com estudantes do 5º e 8º ano, mobilizando mais de 140 estudantes. As ações ocorreram na primeira quinzena de agosto de 2025, aprofundando os debates sobre abuso sexual, bullying e estratégias de pedido de ajuda, com uso da metodologia do “círculo de confiança” e elaboração de pactos de convivência.

Já no dia 19 de agosto de 2025, o Projeto ECA na Comunidade esteve no Colégio Acreano, no centro de Rio Branco, alcançando cerca de 100 estudantes do 6º ano. As palestras abordaram bullying, cyberbullying e empatia. Após o debate, os estudantes participaram de dinâmicas de resolução de situações hipotéticas e firmaram o “Pacto de Convivência e Respeito”, assumindo compromissos de combate à violência e promoção da inclusão escolar.

Ao longo do ano, o projeto consolidou-se como uma ferramenta estratégica do Judiciário acreano, aproximando a justiça das escolas, fortalecendo vínculos com comunidades educativas e promovendo a prevenção de violações que afetam de maneira direta o desenvolvimento de crianças e adolescentes. Cada edição contribuiu para expandir o conhecimento sobre direitos e deveres, reforçando a atuação interinstitucional na proteção integral da infância e juventude no Estado.





COLO DE AMOR



Em 2025, o Tribunal de Justiça do Acre, por meio da Coordenadoria da Infância e Juventude (COINJ), realizou diversas ações do projeto *Colo de Amor*, iniciativa que promove atenção, afeto e acolhimento às crianças que vivem em abrigos, especialmente em datas comemorativas que reforçam vínculos afetivos.

A primeira grande ação registrada no ano ocorreu em 19 de abril de 2025, no Educandário Santa Margarida, em alusão ao período da Páscoa. A atividade contou com a participação de magistradas, servidoras e voluntários, que dedicaram a manhã ao cuidado das crianças, oferecendo brincadeiras, entrega de ovos de chocolate e atividades recreativas com brinquedos infláveis. Na ocasião, 32 crianças acolhidas participaram da ação, que buscou oferecer um ambiente de alegria, acolhimento e convivência.

Mais adiante, em 11 de outubro de 2025, o projeto retornou ao Educandário Santa Margarida para celebrar o Dia das Crianças. A iniciativa proporcionou um dia de lazer com pula-pula, escorregador inflável, brincadeiras diversas e um almoço especial preparado para as meninas e meninos acolhidos. O objetivo foi garantir um momento de afeto e descontração às crianças em situação de vulnerabilidade.

Em ambos os eventos, a coordenadora da COINJ, desembargadora Regina Ferrari, destacou que o projeto se fundamenta na crença de que toda criança merece proteção, carinho e um ambiente seguro para seu desenvolvimento emocional. As ações reforçaram o compromisso do Judiciário acreano com a infância e juventude,



reafirmando que cuidar e acolher é também uma forma de assegurar direitos e dignidade.

Ao longo de 2025, o *Colo de Amor* consolidou-se como uma iniciativa sensível e humanizada, capaz de impactar diretamente a vida de crianças acolhidas nos abrigos do estado, oferecendo não apenas momentos de diversão, mas também a experiência simbólica do colo, do carinho e da presença afetiva.



ARTE DO SER



Em 2025, o Tribunal de Justiça do Acre, por meio da Coordenadoria da Infância e Juventude (COINJ), deu continuidade à execução do projeto Arte do Ser, iniciativa voltada ao desenvolvimento emocional, social e criativo de crianças, adolescentes e jovens acolhidos em instituições do estado. O projeto manteve como foco o fortalecimento da autoestima, a ampliação de habilidades e a promoção de ambientes de convivência mais saudáveis por meio de oficinas artísticas e atividades formativas.



Além das ações realizadas ao longo do ano, o projeto continuou ofertando, de forma permanente, diferentes oficinas nas unidades de acolhimento, especialmente em Rio Branco e Cruzeiro do Sul. Entre as atividades desenvolvidas, estiveram: oficina de crochê; oficina de pintura; oficina de costura; aulas de música; e aulas de dança. Todas essas atividades ocorreram nas unidades da capital e de Cruzeiro do Sul. Em Rio Branco, foram ofertadas oficinas de crochê, pintura, costura, música e dança; em Cruzeiro do Sul, foram ofertadas aulas de música e dança.

A ação registrada oficialmente em 24 de junho de 2025 ocorreu na Casa Abrigo Lar Ester, que passou a integrar o rol das casas de acolhimento contempladas pelo projeto, com a oferta da Oficina de Fuxicos, em parceria com o IFAC. A coordenadora da COINJ, desembargadora Regina Ferrari, juntamente com representantes do Conselho Nacional de Justiça, acompanhou a atividade e dialogou com as acolhidas sobre o papel da arte como recurso de fortalecimento emocional, disciplina, concentração e criação de novas possibilidades de vida.

Ao longo do ano, o Arte do Ser reafirmou seu compromisso com práticas humanizadas, priorizando linguagens artísticas como forma de estímulo à autonomia, ao senso de pertencimento e ao desenvolvimento cultural das meninas e jovens acolhidas. As oficinas implementadas desempenharam papel fundamental na construção de vínculos, na ocupação saudável do tempo e na descoberta de talentos, mantendo o projeto como referência no cuidado integral dentro dos espaços de acolhimento institucional.





PEDALANDO NOVOS TEMPOS



O projeto Pedalando Novos Tempos foi executado pelo Tribunal de Justiça do Acre, por meio da Coordenadoria da Infância e Juventude, como estratégia de fortalecimento da socioeducação e de promoção da qualificação profissional de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação. A iniciativa esteve voltada à oferta do curso de mecânica de bicicletas, proporcionando formação técnica básica, estímulo à autonomia e ampliação das perspectivas de reinserção social e laboral dos socioeducandos.

Ao longo de 2025, foi realizada a aula inaugural da quarta turma do projeto no Centro Socioeducativo Aquiry, em Rio Branco, contemplando adolescentes privados de liberdade. O curso apresentou carga horária de 40 horas-aula, com conteúdos teóricos e práticos voltados à manutenção e ao conserto de bicicletas, sendo progressivamente aperfeiçoado a cada edição quanto às metodologias e ao conteúdo programático.



O projeto foi desenvolvido em articulação interinstitucional, contando com a parceria do Instituto Socioeducativo do Acre (ISE), do Ministério Público do Estado do Acre (MPAC), da Defensoria Pública do Estado do Acre (DPE/AC) e do Sistema S, especialmente por meio do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), responsável pela formação técnica.

Destaca-se que o Pedalando Novos Tempos foi reconhecido nacionalmente, tendo sido agraciado, em 2024, com o Prêmio Prioridade Absoluta do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em razão de sua efetividade na promoção de direitos e na construção de oportunidades para adolescentes em conflito com a lei. As peças e equipamentos utilizados durante as atividades formativas foram adquiridos com recursos provenientes da arrecadação do Bazar Solidário promovido anualmente pelo TJAC.

A iniciativa reafirmou o compromisso institucional do Tribunal de Justiça do Acre com a socioeducação, compreendida como instrumento de transformação social, desenvolvimento de habilidades profissionais e fortalecimento de projetos de vida, contribuindo para a redução da reincidência e para a construção de trajetórias mais dignas e autônomas para os adolescentes atendidos.





CONCLUSÃO

O presente relatório documenta as ações, projetos e iniciativas promovidos pela Coordenadoria da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça do Estado do Acre (COINJ/TJAC) ao longo do ano de 2025, demonstrando o impacto positivo do trabalho desenvolvido em favor da proteção e garantia dos direitos das crianças e adolescentes. A atuação da COINJ/TJAC tem sido fundamental para fortalecer a rede de apoio infantojuvenil, promovendo políticas públicas eficientes e inovadoras voltadas ao acolhimento, socioeducação, prevenção de violações de direitos e ressocialização de jovens em conflito com a lei.

As iniciativas desenvolvidas no período reafirmam o compromisso da Coordenadoria com a efetivação da prioridade absoluta estabelecida pela Constituição Federal e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). A ampliação de programas e a realização de ações voltadas à proteção integral, educação e inserção social de crianças e adolescentes consolidaram a CIJ como um órgão de referência na condução de políticas voltadas ao público infantojuvenil. A adoção de estratégias inovadoras, como o fortalecimento das audiências concentradas e a realização de 100% das reavaliações dos acolhimentos no Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA), garantiu maior celeridade e eficiência na tomada de decisões que impactam diretamente a vida das crianças e adolescentes acolhidos.

No campo da socioeducação, projetos como o Pedalando Novos Tempos e o Radioativo se destacaram como ferramentas poderosas na reintegração de adolescentes ao convívio social. O reconhecimento nacional dessas iniciativas, evidenciado pelo Prêmio Prioridade Absoluta do CNJ, reafirma a importância de investimentos contínuos em capacitação profissional, acesso à educação e oportunidades de inserção no mercado de trabalho para jovens em situação de vulnerabilidade ou cumprimento de medidas socioeducativas. Essas ações demonstram que a ressocialização eficaz é possível quando há um trabalho conjunto entre o Judiciário, instituições parceiras e a sociedade.



Além disso, a COINJ/TJAC reforçou seu papel na prevenção e combate à violência contra crianças e adolescentes, com destaque para a campanha "Nunca é Tarde", que mobilizou diversas instituições públicas e privadas na luta contra o abuso e exploração sexual infantil. Ações educativas e de conscientização foram realizadas em todo o estado, promovendo o fortalecimento da rede de proteção e incentivando a denúncia de violações de direitos. O sucesso da campanha demonstra que a prevenção e a informação são ferramentas indispensáveis para garantir um ambiente mais seguro para as crianças e adolescentes.

A inclusão social e o incentivo à educação também estiveram no centro das ações da COINJ/TJAC, por meio de iniciativas como o Projeto Infância Literária, que estimulou a leitura e o acesso à cultura entre crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade. Além disso, eventos como o Bazar Chique é Ser Solidário e a Corrida da Justiça, que arrecadaram recursos e doações para crianças acolhidas, reafirmam o compromisso do Poder Judiciário acreano com a solidariedade e o desenvolvimento social.

Outro avanço significativo foi a expansão e fortalecimento do acolhimento familiar, com incentivo ao Programa Família Acolhedora, que visa proporcionar um ambiente seguro e afetivo para crianças afastadas do convívio familiar por medidas protetivas. A busca por soluções mais humanizadas para crianças acolhidas reflete o empenho da COINJ/TJAC em garantir não apenas a proteção legal, mas também o direito fundamental à convivência familiar e comunitária.

O período também foi marcado por intensa articulação institucional, com a participação da COINJ/TJAC em fóruns, encontros nacionais e eventos promovidos pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), permitindo a troca de experiências e o aprimoramento das práticas adotadas no estado do Acre. Esse intercâmbio de conhecimentos possibilitou a implementação de boas práticas e o fortalecimento da atuação conjunta entre o Poder Judiciário e demais órgãos da rede de proteção.



Apesar dos avanços alcançados, desafios ainda persistem, especialmente no que se refere à ampliação das políticas de acolhimento familiar, à redução da reincidência de adolescentes no sistema socioeducativo e ao combate às diversas formas de violência contra crianças e adolescentes. O Judiciário acreano, por meio da CIJ, segue empenhado na busca por soluções inovadoras e sustentáveis, promovendo ações cada vez mais eficazes na garantia de direitos.

Dessa forma, a COINJ/TJAC encerra o ano de 2025 reafirmando seu compromisso com a promoção de uma justiça mais acessível, humanizada e eficiente, garantindo que cada criança e adolescente no Estado do Acre tenha a oportunidade de viver com dignidade, segurança e perspectiva de um futuro melhor. A continuidade das parcerias institucionais, o fortalecimento das ações de prevenção e proteção e o investimento em projetos de inclusão social serão determinantes para consolidar ainda mais os avanços conquistados e ampliar o impacto positivo das iniciativas desenvolvidas.

O desafio de assegurar um presente e um futuro digno para todas as crianças e adolescentes acreanos continua, mas o trabalho realizado até aqui demonstra que caminhamos na direção certa: uma justiça comprometida, atuante e sensível às necessidades da infância e juventude.

Desembargadora **Regina Ferrari**
Coordenadora da Infância e Juventude
Tribunal de Justiça do Estado do Acre